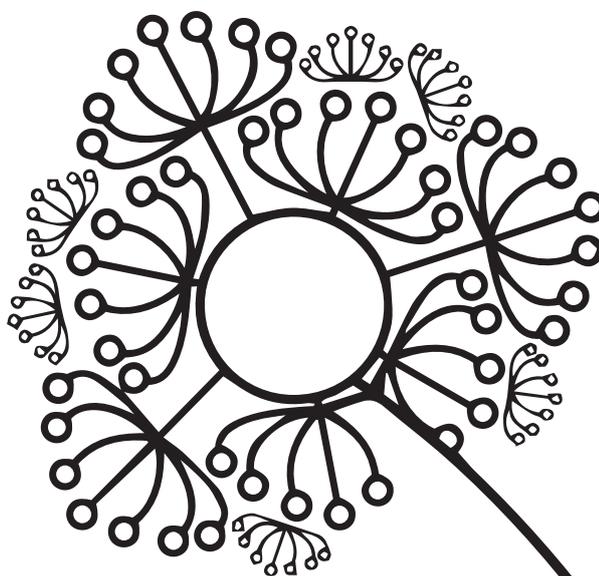


2.

A investigação sobre empresas sociais e conceitos conexos em Portugal

Sílvia Ferreira e Joana Almeida



ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
Introdução _____	45
1. Empresas sociais _____	46
2. Conceitos vizinhos de terceiro setor, economia social, economia solidária, empreendedorismo social e inovação social _____	53
3. Dimensões sociais, económicas e de governança das empresas sociais _____	64
Referências bibliográficas _____	73

Introdução

A recolha bibliográfica foi realizada na base de dados da B-ON, complementada pelo Google Académico, através do cruzamento das seguintes palavras-chave, em conjunto com “Portugal”: “empresas sociais”, “inovação social”, “empreendedorismo social”, “setor não lucrativo”, “economia social”, “economia solidária”, “terceiro setor”. Foi também efetuada uma pesquisa com os mesmos termos em inglês para identificar publicações de autores portugueses ou estudos em língua inglesa incidindo sobre Portugal. Foram selecionados artigos em revistas científicas, livros e capítulos de livros, artigos em atas de eventos e teses de doutoramento.

Tendo em conta os trabalhos que têm incidido sobre Portugal ou de autores portugueses, verifica-se que existe uma já significativa literatura acerca dos diferentes conceitos pesquisados e proveniente de diversas áreas disciplinares, como a sociologia, a gestão, o direito, a contabilidade e a economia, denotando-se que o campo de investigação respeitante a este terceiro setor se começa a estruturar em Portugal. No estado da arte que apresentamos a seguir, existe a ambição de mapear este campo. Assim, num primeiro momento, preocupamo-nos em identificar a literatura que tem feito uso do conceito de “empresa social”, os seus temas principais e as organizações a que diz respeito. Como já referido, o uso do conceito tem estado bastante circunscrito, nunca se tendo disseminado a partir dos estudos que o trataram. Ainda assim, é visível a sua crescente utilização nos anos mais recentes.

Num segundo momento, revemos a literatura em torno dos conceitos vizinhos, em particular economia social, terceiro setor e setor não lucrativo, empreendedorismo social, inovação social e economia solidária. Também neste caso, procuraremos dar conta dos principais temas e das realidades que estes conceitos procuram descrever.

Num terceiro momento, retomamos a análise da literatura, desta vez para a enquadrar nas três dimensões que guiam a análise das empresas sociais, identificando os estudos que se têm debruçado sobre as dimensões sociais, as dimensões económicas e as dimensões da governança no domínio das realidades cobertas pelos diferentes conceitos que aqui tratamos.

1. Empresas sociais

Relativamente ao uso do conceito de empresa social, na literatura científica destaca-se que este tem sido marcado pelo desenvolvimento de investigação inserida em projetos internacionais desde o início de 2000. Nesta investigação, procurou dar-se conta de realidades emergentes ou de transformações no campo das organizações que possuem uma missão social. Em termos cronológicos, se a abordagem europeia esteve presente sobretudo nos primeiros estudos, mais recentemente é possível encontrar influências na abordagem ao conceito quer da escola europeia, quer da escola americana. Assim, na literatura começou por se utilizar o conceito de empresas sociais para analisar as CERICI, e posteriormente as cooperativas sociais, as empresas de inserção, internacionalmente designadas de WISE, as IPSS e, mais recentemente, pessoas ou empresas que desenvolvem atividades de empreendedorismo social, ou empresas que desenvolvem inovações sociais.

1.1. CERICI e cooperativas de solidariedade social

A primeira referência a empresas sociais em Portugal foi feita por Heloísa Perista (2001) no âmbito da sua participação em projetos internacionais da rede EMES – International Research Network, portanto, no momento em que o conceito nasce na Europa. A partir dos critérios desenvolvidos no âmbito desta rede, Perista caracteriza as CERICI (Cooperativas para a Reabilitação de Pessoas com Deficiência) como exemplo de empresas sociais em Portugal.

As CERICI surgiram dentro dos movimentos sociais e políticos da Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974 a partir de grupos de pais de crianças com deficiência e profissionais da área, com o apoio da administração pública local. A primeira CERICI foi criada em 1975, tendo-se este movimento cooperativo disseminado depois por todo o país. A FENACERICI, órgão nacional federativo, foi criada em 1985 (Perista 2001).

A evolução das CERICI foi notável. Começaram como escolas de educação especial para crianças com deficiências mentais leves ou dificuldades de aprendizagem, devido à falta de soluções adequadas nos setores público e sem fins lucrativos, e evoluíram no sentido de englobar todas as fases da vida do seu público-alvo: atividades ocupacionais, formação profissional, “intervenção precoce”, unidades residenciais, emprego protegido, atendimento domiciliário e apoio na criação do autoemprego (Perista 2001).

A governança destas organizações foi destacada como dimensão relevante. A autora verificou que o processo de tomada de decisão é formalmente guiado pelo princípio da gestão democrática, pois o conselho de administração, composto por profissionais e alguns pais, trabalha em estreita colaboração com um conselho consultivo técnico-pedagógico e supervisiona os coordenadores das diferentes unidades. Além disso, alguns dos trabalhadores remunerados, assim como a maioria dos pais, são membros da cooperativa, e alguns beneficiários também são membros, sendo promovida a autorrepresentação do público. Em relação à dimensão económica, a investigadora identificou que as CERICI vendem parte dos produtos das suas atividades com um preço abaixo do valor do mercado, reconhecendo também, no seio destas organizações, a criação de pequenas empresas para empregar os beneficiários cujos produtos são vendidos a preço de mercado.

O estudo de Perista (2001) veio a ser integrado num dos livros pioneiros sobre empresas sociais na Europa — *The Emergence of Social Enterprise* (Borzaga e Defourny 2004) — e teve grande impacto em termos da inserção das cooperativas sociais portuguesas — como se vieram a designar na Europa e, mais tarde, em Portugal — na literatura internacional. As CERICI foram precursoras das cooperativas sociais, tendo vindo a ser integradas num ramo novo de cooperativas de solidariedade social em 1996, aquando da revisão do Código Cooperativo.

Num trabalho que Carlo Borzaga elaborou em conjunto com outros autores (2014), onde se analisa o papel das empresas sociais e das cooperativas sociais, as cooperativas sociais portuguesas surgem como uma resposta a novas necessidades não atendidas, nem pelo mercado, nem pelo Estado. Na sua conceção, as cooperativas sociais, enquanto organizações económicas, sem fins lucrativos, que privilegiam uma estrutura organizacional menos hierárquica e mais participativa e democrática, surgem como uma alternativa à lógica puramente capitalista maximizadora do lucro. O caso de Portugal é inserido no conjunto de países que adotaram as cooperativas para desenvolver a sua atividade porque era a figura jurídica que oferecia mais liberdade para o desenvolvimento de uma atividade económica no mercado em conjugação com a prossecução de uma missão social.

Outros autores que exploraram a associação das cooperativas sociais ao modelo de empresa social europeu foram Claudio Travaglini, Federica Bandini e Kristian Mancione (2010). Numa análise comparativa da estrutura da governança a partir do enquadramento legal das empresas sociais em 11 países, os autores analisam o caso português no conjunto dos países que seguiram a tendência de adaptar estruturas legais existentes para criar empresas sociais em vez de criar novas figuras jurídicas. Mais uma vez, é enfatizado que Portugal escolheu as cooperativas devido à maior flexibilidade que permitiam em termos do desenvolvimento de uma atividade económica e por causa da sua estrutura mais democrática e participativa. Relativamente aos membros e ao envolvimento dos *stakeholders*, os autores destacaram a distinção feita entre membros efetivos (beneficiários e trabalhadores) e membros honorários (fundadores e outros), sendo que os primeiros podiam fazer parte dos órgãos sociais e ter direito ao voto e os últimos eram representados no conselho geral, gozavam do direito à informação e não podiam eleger ou ser eleitos para os órgãos sociais.

Outros dois autores que referem o contexto português numa perspetiva comparativa internacional e que tomam o caso das cooperativas sociais são Jacques Defourny e Marthe Nyssens (2013). Numa extensa revisão teórica, as cooperativas sociais são vistas como um exemplo de empresa social e a sua emergência é colocada no contexto da presença de uma forte Sociedade-Providência e de uma grande mobilização cooperativa no pós-25 de Abril em Portugal, desempenhando um importante papel na disseminação de valores democráticos e participativos na sociedade portuguesa. Esta emergência, associada a processos de democratização, é considerada específica dos países do Sul da Europa. Num outro trabalho em que apresentam uma tipologia de empresas sociais (Defourny e Nyssens 2017), as cooperativas sociais portuguesas são referidas a propósito do seu processo de tomada de decisão democrático, onde o direito ao voto não depende do capital investido e se aplica o princípio “uma pessoa, um voto”. Na tipologia desenvolvida por estes autores, as cooperativas de solidariedade social portuguesas são inseridas no modelo das cooperativas sociais.

Foram realizados outros estudos sobre as CERCI, ainda que não enquanto empresas sociais, nomeadamente sobre a sua história (F. Paiva 1997) ou enquanto movimento social na área da educação (Afonso e Afonso 2005). Joana Costa e outros autores (2020) estudaram a cultura organizacional através do modelo *Competing Values Framework* (CVF) em três casos de CERCI, identificando que a cultura de clã é o tipo mais comum nas três organizações, ou seja, uma cultura em que o trabalho em equipa, o envolvimento e o empenho organizacional são as relações dominantes entre a organização e os seus empregados/as. Os estudos sobre as cooperativas de solidariedade social são mais raros, sendo um campo que merece desenvolvimento. Encontrámos apenas um estudo, de Deolinda Meira (2020), sobre a especificidade destas cooperativas no contexto cooperativo.

1.2. As empresas sociais de inserção pelo trabalho

As empresas sociais de inserção pelo trabalho, ou WISE (*Work Integration Social Enterprises*), fizeram também parte dos estudos pioneiros da Rede EMES, e das autoras Heloísa Perista e Susana Nogueira, no âmbito dos projetos europeus PERSE (*Performance socio-économique des entreprises sociales d'insertion par le travail*) e ELEXIS (*L'entreprise sociale: lutte contre l'exclusion par l'insertion économique et sociale*).

No projeto ELEXIES, Heloísa Perista e Susana Nogueira (2002) identificaram as Empresas de Inserção, os Centros de Emprego Protegido e os Enclaves enquanto empresas sociais, operacionalizando os critérios socioeconómicos da Rede EMES. Os Centros de Emprego Protegido são unidades de produção adaptadas, criadas por organizações públicas, privadas ou cooperativas, com o objetivo de fornecer acesso a trabalho remunerado a pessoas com deficiência, enquanto os Enclaves são grupos de produção constituídos por pessoas com deficiência num ambiente de trabalho regular, através de organizações públicas, privadas ou cooperativas. No regime de emprego protegido, orientado sobretudo para pessoas com deficiência ou desvantagem social grave, eram oferecidos empregos estáveis subsidiados pelas autoridades públicas, “protegidos” do mercado aberto.

No âmbito do projeto internacional PERSE, Perista e Nogueira (2004) focaram as empresas de inserção como empresas sociais, analisando o caso de 15 EI. As autoras contextualizaram a emergência das WISE em Portugal a partir de um conjunto de condições socioeconómicas que impunham uma intervenção mais eficaz no contexto da integração laboral em Portugal. A presença de desemprego de longa duração associada a determinados grupos socialmente vulneráveis, assim como o seu desigual acesso a “bons empregos”, levou à implementação de um conjunto de medidas governamentais que pretendiam combater a pobreza e a exclusão social. Assim, as empresas de inserção foram criadas em 1998 no âmbito do Mercado Social de Emprego e tinham como objetivo a integração laboral de grupos socialmente vulneráveis através da criação de empregos, bem como o desenvolvimento de atividades económicas socialmente úteis em áreas como serviços de proximidade às comunidades locais, serviços de jardinagem e reabilitação de património público.

As autoras utilizaram a abordagem da EMES para definir as empresas sociais: o desenvolvimento de uma atividade económica, um nível elevado de autonomia financeira, um nível razoável de risco económico, uma percentagem de trabalho remunerado, partir da iniciativa dos cidadãos, processo de tomada de decisão não baseado na propriedade do capital, promoção do *empowerment* dos beneficiários, a existência de limites na distribuição de lucros, e objetivos que promovam o desenvolvimento das comunidades locais onde se inserem. Analisaram as Empresas de Inserção Social a partir de três eixos de análise: i) a sua capacidade de mobilizar e conjugar diferentes objetivos; ii) a multiplicidade dos seus recursos, monetários e não monetários; e iii) os benefícios individuais para as pessoas em processo de integração profissional.

Relativamente ao primeiro eixo de análise, as autoras verificaram que as Empresas de Inserção Social equilibraram diferentes objetivos: a integração do trabalho dos seus beneficiários e a produção e venda de bens e/ou serviços. Em relação ao segundo eixo, as autoras verificaram que os subsídios diretos estatais representavam cerca de 62% do seu rendimento total. As organizações relacionaram este resultado com a dificuldade que as empresas de inserção têm ao concorrer no mercado aberto, nomeando fatores como as flutuações do mercado, as baixas qualificações e as baixas competências sociais dos seus trabalhadores. Nesse sentido, é oportuno mencionar que as empresas de inserção social estavam legalmente limitadas a certas áreas de atividade, menos atraentes para o mercado regular, numa perspetiva de não competirem com organizações com fins lucrativos. Relativamente ao terceiro eixo, a maioria das pessoas integradas eram mulheres (82,9%), com menos de 40 anos (54,3%), o ensino básico

(88,6%) e em desemprego de longa duração (54,4%), configurando-se uma boa ferramenta de promoção da integração social de grupos socialmente vulneráveis através do trabalho.

As autoras analisaram igualmente a estrutura organizacional das WISE ao nível da governança, verificando que o papel dos participantes na tomada de decisão era bastante limitado, o que se prendia também ao facto de não possuírem órgãos próprios de governação. O relatório final comparativo do projeto PERSE sublinhava que todas as WISE que foram estudadas em Portugal dependiam de uma organização, geralmente sem fins lucrativos (Le Conseil National de l'activité économique 2007).

No âmbito do trabalho desenvolvido no contexto do projeto PERSE, o estudo foi integrado num capítulo de um dos livros pioneiros sobre empresas sociais (Perista e Nogueira 2006). Nesse capítulo, as autoras destacavam que o facto de as atividades das WISE estarem limitadas a serviços e produtos que não sejam fornecidos nem pelo Estado nem pelo mercado as levava a explorar serviços e produtos com baixa lucratividade. As autoras, na altura, antecipavam que as WISE portuguesas iriam enfrentar sérios desafios no final do período de subsídio, o que, de facto, aconteceu quando, em 2015, o programa que financiava e apoiava estas WISE foi extinto, levando à extinção da maioria das empresas de inserção.

Os estudos de Perista e de Nogueira, quer sobre as CERCI, quer sobre as empresas de inserção, influenciaram o modo como a literatura europeia acerca das empresas sociais percebe o caso português (Defourny e Nyssens 2008), identificando estes dois tipos de empresas sociais como os mais típicos.

Roger Spear e Eric Bidet (2005) realizaram um estudo comparativo sobre as WISE em doze países europeus. Nesse trabalho, o caso das Empresas de Inserção e dos Centros de Emprego Protegido é referido e enquadrado numa de três tendências europeias, a par de outros países, como a França, a Irlanda e a Bélgica. Esta tendência materializa-se no facto de, apesar de serem um tipo de empresa social exclusivamente preocupada com a integração laboral, as WISE não gozarem de um reconhecimento legal específico e exclusivo, podendo operar sob múltiplas formas legais e serem criadas por organizações não lucrativas que não estejam diretamente relacionadas com a integração laboral (Spear e Bidet 2005).

Carlota Quintão estudou também as empresas de inserção enquanto empresas sociais. Esta autora, membro da RESIT – Rede de Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho, fez uma revisão das políticas, da bibliografia e das estatísticas sobre empresas de inserção em Portugal (Quintão 2008). Mais recentemente, no âmbito de um projeto internacional, as empresas sociais de inserção pelo trabalho voltaram a ser analisadas entre dez estudos de caso de WISE de cinco países europeus (Quintão, Martinho e Gomes 2018). As WISE foram analisadas enquanto exemplo de inovação social, identificando-se três modelos: i) modelo de transição para o mercado regular; ii) modelo de emprego permanente; iii) modelo cooperativo de autoemprego. As duas EI portuguesas estudadas enquadravam-se no modelo de transição para o mercado regular de emprego. Este modelo tinha uma fase inicial de formação até 6 meses e era seguido da celebração de um contrato de trabalho, com a duração de 6 a 24 meses, com a organização promotora da WISE. As autoras referem que diferentemente de outras empresas sociais que nasceram da iniciativa dos cidadãos, as Empresas de Inserção Social foram criadas sob uma lógica *top-down*, baseadas no modelo francês (Quintão, Martinho e Gomes 2018).

As empresas de inserção foram também estudadas no âmbito da avaliação desta política pública (Amaro 2006; J. Paiva 2006). Nestes estudos, foram analisadas as suas principais dificuldades, o processo de inserção dos beneficiários e as fragilidades e potencialidades da medida do Mercado Social de Emprego.

O fim do programa público de apoio às empresas de inserção refletiu-se na perda de interesse dos investigadores sobre este campo, pois não identificamos mais estudos atuais sobre as empresas de integração pelo trabalho, com exceção dos mapeamentos desenvolvidos na Região Autónoma dos Açores. A Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico estudou na região 17 EI em diversas áreas de atividade e com diversos públicos-alvo (ACEESA 2010). O estudo de Paulo Fontes (2019) sobre o Mercado Social de Emprego nos Açores permite compreender a singularidade deste caso. Diferentemente do que aconteceu em território continental, o desenvolvimento de cooperativas e empresas de inserção no âmbito de uma dinâmica própria associada aos programas de luta contra a pobreza veio a informar as conceções de emprego protegido e economia solidária que fundamentaram a formulação e implementação do Mercado Social de Emprego que se encontra em funcionamento, incluindo a política pública e as redes de organizações, de onde se destaca o papel da CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária.

Na literatura, encontramos, porém, estudos de caso sobre empresas sociais específicas, como o estudo sobre uma empresa de inserção de uma associação de apoio a pessoas toxicodependentes (Quintão *et al.* 2017), o caso de três projetos locais de promoção do emprego (Carrilho 2008) e o caso de uma EI que oferece formação e serviços na área da hotelaria e restauração (Bastos 2016).

1.3. IPSS

Em 2007, um outro grupo de organizações foi estudado enquanto empresa social — as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). No estudo europeu *Study on Practices and Policies in the Social Enterprise Setor in Europe*, Eva Heckl e colegas (2007) focaram as práticas e políticas públicas europeias que melhor fomentassem o desenvolvimento das empresas sociais. No contexto português, foram destacadas as IPSS e as empresas de inserção como exemplo. A definição de empresa social adotada no estudo foi: «organização sem fins lucrativos, privada, que vise algum objetivo de desenvolvimento local, social ou solidário» (Heckl *et al.* 2007, 2). Nesta definição, o estatuto das IPSS foi considerado o mais próximo de uma empresa social.

As IPSS são organizações sem fins lucrativos que prestam serviços sociais sob um estatuto especial concedido pela administração da Segurança Social, após a verificação das suas atividades e da sua capacidade em as perseguir. O estatuto das IPSS data de 1979, tendo sido criado após a Revolução Democrática de 1974, quando a relação entre as organizações sem fins lucrativos existentes e o Estado foi renegociada sob o novo marco democrático e a estruturação de um *welfare mix*. Atualmente, essas organizações ocupam uma posição central no sistema de proteção social, fornecendo 72,5% dos serviços sociais, particularmente os serviços familiares (S. Ferreira 2010; 2015). O estatuto das IPSS também define que essas organizações assumem basicamente três formas organizacionais: associações, mutualidades (que também são associações) e fundações (com organizações da Igreja consideradas equivalentes a fundações).

No que respeita às melhores práticas de apoio às empresas sociais em Portugal, o estudo de Heckl e colegas (2007) destacou os acordos de cooperação entre o Estado e as IPSS como a forma de apoio mais adequada para promover as empresas sociais. Segundo este estudo, através dos Acordos de Cooperação, revistos anualmente, o Estado apoia as atividades das IPSS em cerca de 60% dos seus custos totais no fornecimento dos serviços sociais que prestam.¹ Além disso, são concedidas verbas para investimentos em instalações ou projetos especiais de empresas sociais.

1 Os dados da Conta Satélite da Economia Social indicam outro peso do papel do Estado (S. Ferreira 2013).

No estudo de Heckl e colegas, foram igualmente identificados obstáculos ao desenvolvimento das empresas sociais na Europa. De entre os obstáculos internos identificados em Portugal, destaca-se a falta de qualificação dos membros dos corpos gerentes, que não possuem estratégias empresariais suficientemente desenvolvidas para as gerir eficazmente e assegurar a sua sustentabilidade financeira. Neste ponto, é destacado o facto de estes corpos gerentes serem, na maioria, voluntários ou receberem um salário abaixo do que é praticado no setor lucrativo.

As IPSS também foram descritas como empresas sociais na definição operacional da Comissão Europeia no projeto de investigação *A map of social enterprises and their eco-systems in Europe*, desenvolvido em 29 países europeus (Comissão Europeia 2015). A definição de empresa social adotada neste estudo é a seguinte:

Opera no mercado fornecendo bens e prestando serviços de maneira empresarial e inovadora, e utiliza os seus excedentes principalmente para fins sociais. É gerida de forma responsável e transparente, nomeadamente associando os seus empregados, os seus clientes e outras partes interessadas nas suas atividades económicas. (Comissão Europeia 2011, 2)

Os critérios operacionais definidos pela Comissão Europeia e identificados nas IPSS, como em outras empresas sociais, foram: i) o desenvolvimento de uma atividade económica contínua de produção de bens e/ou serviços; ii) a persecução de um objetivo social explícito e primordial que beneficie a sociedade; iii) limites na distribuição de lucros e/ou ativos, no sentido de priorizar o objetivo social sobre a lucratividade; iv) autonomia organizacional face ao Estado e outras organizações com fins lucrativos, o que implica ter liberdade para ter a sua própria posição e o direito de encerrar a sua atividade; v) governança inclusiva, caracterizada pela participação democrática nos processos decisórios da organização (Comissão Europeia 2015).

A equipa nacional, liderada por Jorge de Sá, Deolinda Meira e Maria Elisabete Ramos, considerou que tanto as IPSS como as cooperativas de solidariedade social se enquadravam nos critérios definidos pela UE: envolvimento na atividade económica; objetivo social explícito e primário; autonomia organizacional em relação ao Estado; regras definidas de distribuição de lucros (van der Velden *et al.* 2014). As IPSS foram selecionadas pela equipa nacional por terem um estatuto legal que se aproxima bastante dos critérios de empresa social definidos pela CE:

1 – São instituições particulares de solidariedade social as constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços.²

Numa atualização do referido estudo, realizada em 2019, as IPSS foram também enquadradas enquanto empresas sociais (S. Ferreira 2019).

Apesar de existir uma significativa literatura sobre as IPSS, e de esta abordar temas relevantes para as empresas sociais, em geral não as enquadra enquanto empresas sociais. Os estudos incidem sobre o seu papel na resolução de problemas sociais (V. Almeida 2016), a sua relação com o Estado social e o lugar no *welfare mix* (S. Ferreira 2013; P. Ramos 2014; V. Almeida 2011a), o seu contributo para o emprego (Caleiras 2008; J. Paiva *et al.* 2015), questões acerca da gestão (Bernardino e Santos 2020a) e da sustentabilidade (Macedo e Pinho 2006; Estivalete *et al.* 2016; Bernardino e Santos 2021), ou o financiamento e a contabilidade (S. Sousa e Oliveira 2012; M. Marques e Maciel 2012).

2 Art.º 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, do Ministério dos Assuntos Sociais, *Diário da República* n.º 46, Série I, de 25 de fevereiro de 1983, pág. 644. <<https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1983/02/04600.pdf>>.

1.4. Empreendedorismo e negócios sociais

Mais recentemente, o conceito de empresa social veio a ser aplicado a uma diversidade de formas legais e estatutos jurídicos, onde se incluem os das empresas lucrativas. Nesta abordagem, tende a mobilizar-se os conceitos de empreendedorismo social ou inovação social como a base das empresas sociais, ou a analisar-se as organizações a partir das suas práticas e modelos mercantis. Frequentemente, as empresas sociais são as organizações criadas por empreendedores sociais, organizações que levam a cabo inovações sociais, ou que desenvolvem atividades mercantis para gerar recursos. Como exemplo, refira-se a mobilização do conceito de empresa social, incluindo organizações com o estatuto de IPSS, para estudar o modo como a orientação mercantil ou empreendedora afeta o seu desempenho (Pinheiro, Daniel e Moreira 2021).

Assim, nesta perspetiva, não se trata apenas da identificação de novos tipos de organizações, mas também de novas formas de enquadrar velhos tipos de organizações, sendo o denominador comum a referência a modelos e práticas mercantis.

O projeto SEFORIS (*Social Entrepreneurship as a Force for More Inclusive and Innovative Societies*) concebe empresas sociais como «organizações que usam atividades baseadas no mercado para aliviar as necessidades sociais» e empreendedores sociais como «indivíduos que trabalham por conta própria para atingir metas sociais e beneficiar os outros» (Stephan 2017, 1).

Neste projeto, foram estudados 111 casos em Portugal, analisando aspetos como a missão, os objetivos sociais e económicos, as áreas de atividade e os beneficiários, as fontes de financiamento, a forma legal, a orientação empreendedora, a força de trabalho, os resultados, a inovação e a colaboração intra e intersectorial. No projeto, concluiu-se que as empresas sociais portuguesas analisadas «dependem predominantemente das atividades geradoras de receita para financiar as suas operações (50,5%). Os subsídios são a segunda fonte de liquidez mais importante (34,5%), enquanto os empréstimos são a fonte de liquidez menos representada entre as empresas sociais portuguesas (menos de 1%)». Concluiu-se também que 80% tinham como principal modelo operacional a venda de produtos e serviços diretamente à população-alvo ou a clientes ou a uma terceira parte pagadora. Dos 111 inquiridos, 32% eram organizações com o estatuto de IPSS, 27% eram associações, 15% eram cooperativas, 5% eram fundações, 3% eram empresas comerciais e 9% eram empresários individuais (Ávila 2016).

A base de dados deste estudo permitiu também uma análise exploratória que procurou identificar diferentes grupos de empresas sociais de acordo com a identidade organizacional ao longo de dois eixos: mercantil e social (Ávila e Amorim 2021). O estudo identificou quatro *clusters*: um, que descreveu como negócios sociais, que combina uma forte identidade mercantil com uma forte identidade social; um segundo *cluster*, designado de negócios mais do que lucrativos (*more-than-profit businesses*), que combina uma forte identidade mercantil com uma fraca identidade social; um terceiro, designado de “organizações socialmente preocupadas” (*socially concerned organisations*), que combina uma baixa identidade mercantil e uma baixa identidade social; e, por fim, um quarto *cluster*, das organizações não lucrativas empreendedoras (*enteprising non-profits*), que combina uma fraca identidade mercantil e uma forte identidade social. O conceito de negócio social foi usado num projeto de intervenção desenvolvido na Universidade de Aveiro que promoveu o mapeamento de necessidades e oportunidades com vista ao desenvolvimento de negócios sociais que contribuíssem para a criação de valor social e económico (Ávila *et al.* 2016).

O conceito de negócio social surge na literatura económica e na gestão de forma indiscriminada com o de empresa social, o que começou por acontecer com a tradução do título do livro *Social Business*, de Muhammad Yunus, para Empresa Social (Yunus 2011). Helena Gata descreve negócio social como «um dos mais poderosos instrumentos do empreendedor social»

e como «uma nova forma de fazer as coisas», que contribui para o processo de inovação social (2010, 119). A autora destaca a importância de se testar novos modelos organizacionais que superem dicotomias e fronteiras entre o mercantil e o não mercantil e a necessidade de se reverem os enquadramentos legais destas novas organizações híbridas.

Algumas organizações têm vindo a ser objeto de estudos de caso enquanto novas formas de empreendedorismo social que combinam a dimensão social e a dimensão económica. De entre estas, conta-se o ColorADD, um código para pessoas daltónicas, desenvolvido por um empreendedor, que organizacionalmente possui uma forma dupla: é uma empresa com fins lucrativos e uma ONG – a ONG ColorADD Social (Ávila e Amorim 2015); e uma organização que combina missão ambiental e missão social, produzindo e vendendo roupas em *upcycling* ao mesmo tempo que contribui para a integração de mulheres: a Vintage for a Cause (Ávila, Amorim e Ferreira 2019).

2. Conceitos vizinhos de terceiro setor, economia social, economia solidária, empreendedorismo social e inovação social

O conceito de empresa social não está difundido em Portugal, sendo necessário ter em conta outros conceitos para dar conta deste campo, pois não estamos perante realidades estanques e isentas de significado estratégico (S. Ferreira 2009). Tratámos, assim, de perceber como alguns desses conceitos têm vindo a ser abordados na literatura.

2.1. Terceiro setor, setor não lucrativo e economia social

Uma parte importante da literatura tem sido dedicada à discussão e clarificação dos conceitos de terceiro setor, setor não lucrativo e economia social. O conceito de economia social tem vindo a afirmar-se crescentemente em alternativa a outros conceitos, como setor não lucrativo ou terceiro setor, muito como resultado do processo de estruturação deste setor em Portugal (S. Ferreira 2015), absorvendo os conceitos de terceiro setor ou de setor não lucrativo.

A quantificação da economia social, terceiro setor ou setor não lucrativo tem estado a cargo de projetos internacionais (Franco *et al.* 2005; Chaves e Monzón 2007; Salamon *et al.* 2012; Monzón e Chaves 2012; 2017), o que tem a vantagem de permitir estabelecer comparações com outros países. Também a Conta Satélite, primeiro das organizações sem fins lucrativos e depois da Economia Social, tem permitido desenhar um retrato do setor a partir de indicadores económicos, como o volume de emprego e a riqueza gerada (INE 2006; 2013; INE e CASES 2016; 2019). Assim, os dados mais recentes da Conta Satélite indicam que ela representa 6,1% do emprego remunerado da economia nacional, 5,3% das remunerações e 3,0% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da economia, tendo sofrido um impacto menor da crise iniciada em 2008.

Esta tem sido uma tendência. Ana Carvalho (2010) trabalhou as bases de dados dos Quadros de Pessoal para fornecer números sobre a dimensão das organizações, idade, receita bruta e níveis de emprego, bem como as atividades que desenvolve. A autora concluiu que o terceiro setor português tem crescido rapidamente, representando 4% do emprego do país em 2007, e com receitas que representam 5,64% do Produto Interno Bruto (PIB). É composto principalmente por organizações muito pequenas, com receitas diminutas, e as suas características mais marcantes são a distribuição desigual do emprego e da receita e a sua forte concentração nos serviços sociais.

Tanto na Europa como em Portugal, o conceito de economia social tem sido abordado a partir da sua trajetória histórica, dado que este é recuperado a partir do século XIX. Álvaro Garrido (2016; Garrido e Pereira 2018) publicou a primeira história da economia social em Portugal.

Uma história marcada por descontinuidades e intermitências, fruto da evolução e propagação das ideologias e da natureza dos regimes políticos em vigor. Na primeira obra, *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*, o autor analisou o período histórico do século XIX, de 1834 a 1910, onde começou a despertar o movimento mutualista e as cooperativas profissionais e operárias que se demarcaram das mais antigas associações assistencialistas ligadas à igreja católica. Analisou igualmente o século XX, de 1926 a 1976, em que refletiu sobre as relações iniciais que se estabeleceram entre as mutualidades e as cooperativas com o corporativismo autoritário, até à Revolução de 1974, que significou uma rutura na relação entre o Estado e a economia social e a afirmação do cooperativismo democrático. Num segundo trabalho, com David Pereira, *A economia social em movimento: uma história das organizações*, estudou o período de 1974 até à atualidade (Garrido e Pereira 2018).

Também Jordi Estivill (2017) faz uma análise da emergência da economia social em Portugal a partir do estudo de uma revista portuense e de peças publicadas do tratado de Ramon de la Sagra em 1840. O autor procura questionar, a partir de pesquisa documental, aquelas que são consideradas as primeiras tendências teóricas sobre a economia social. Revela que o conceito foi utilizado por autores portugueses da época indiciando uma crítica à economia política dominante, alicerçada em propostas de reforma das instituições de caridade, por via de organizações de trabalhadores, como as cooperativas, as associações e as sociedades de ajuda mútua. Também Pierre Marie (2019) faz uma revisão histórica desde a Revolução de 1974.

Nas discussões conceptuais sobre a economia social, estão presentes na literatura autores que analisam as questões relativas ao conceito de economia social na sua abordagem histórica e dinâmica atual, recorrendo às principais características e fundamentos da economia social, seus atores e respetiva tipologia (F. Nunes, Reto e Carneiro 2001; Caeiro 2008; Mendes 2011; Campos 2015; Pitacas e Sá 2019), e autores como Rui Namorado (2004), que analisa as diferentes organizações que compõem a economia social portuguesa, cooperativas, associações, mutualidades e fundações, como uma galáxia constituída pelas suas constelações. A questão do enquadramento jurídico da economia social, em particular a Lei de Bases da Economia Social, é tratada por Rui Namorado noutros trabalhos (2006; 2007a). É esta Lei de Bases que define em Portugal as características e os limites da economia social, identificando-a a partir da sua forma organizacional — cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações, IPSS, associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades do subsector comunitário e autogestionário. Contempla ainda a possibilidade de inclusão de outras entidades que respeitem os princípios da economia social. Estes princípios incluem:

- a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;
- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade

da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.³

Há numerosos estudos sobre as formas organizacionais que compõem a economia social, como o caso das misericórdias (G. Pereira 2002; Peñalver, Castela e Sousa 2012; Mourão e Enes 2017; Macías Ruano *et al.* 2020), das mutualidades (Rosendo 1996; Barros e Santos 1998), das fundações (Fernandes 2011; Farinho 2013; Jesus e Costa 2013; Gonçalves 2014), das associações (Freire *et al.* 2004; Vilaça 1994; Pires 2004; Marie 2017; M. R. Borges *et al.* 2020) ou as cooperativas (Barros e Santos 1999; Namorado 2005, 2007b; J. Ferreira 2010). Encontramos estudos dedicados a ramos específicos das cooperativas ou a aspetos específicos destes ramos, como cooperativas as agrícolas (Rebelo e Caldas 2015), as cooperativas de solidariedade social (F. Paiva 1997;), as cooperativas de crédito (Meira 2015), as cooperativas de consumo (H. Pereira 2012), as cooperativas de habitação (Simões, Sardinha e Carvalho 2005), as cooperativas de trabalho (Meira, Martins e Fernandes 2017) ou as cooperativas elétricas (Alves 1999).

Pelo lugar que a economia social ocupa no Estado Social, mas também porque o seu ressurgimento se deu grandemente na sequência das discussões sobre o futuro do Estado-Providência, não surpreende que alguma literatura seja focada também na relação com o Estado social. O enfoque no seu papel e relações no âmbito do Estado Social tem sobretudo girado em torno dos conceitos de terceiro setor ou de setor não lucrativo, ou das principais organizações que o compõem, as IPSS. Sílvia Ferreira (2013) procura perceber as características específicas desta relação no contexto do Estado-Providência português e da sua crise; Vasco Almeida (2011a) analisa o terceiro setor numa perspetiva de complementaridade institucional e do seu papel na governação do bem-estar, e do papel das OES na implantação das cantinas sociais em contexto de crise (V. Almeida 2016); Martinho (2016) analisa a cooperação entre o Estado e o setor social e solidário; P. Ramos (2014) analisa a mudança da relação entre a administração pública e as IPSS como elemento da mudança de paradigma do Estado Social; e Guerra e Santos (2014) estudam as representações de atores-chave do ecossistema da economia social acerca desta relação. No projeto internacional SOLIDUS – Solidarity in European societies: empowerment, social justice and citizenship, comparou-se, em cinco países europeus, incluindo Portugal, a relação de colaboração e coprodução entre agências públicas e organizações do terceiro setor em contexto de austeridade (Eschweiler e Hulgård 2018).

O papel das organizações religiosas no bem-estar e no associativismo tem também vindo a ser abordado. Alberta Giorgi e Guya Accornero (2018) exploram como a crise económica resultou numa maior colaboração entre organizações religiosas e a administração pública. As organizações locais, como a Cáritas, foram ganhando um papel importante na coordenação e prestação de serviços de bem-estar social à medida que a crise acelerou as tendências de subsidiariedade e governança. Centrando-se na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Paul Manuel e Miguel Glatzer (2019) examinam o papel e a função das organizações religiosas na prestação de serviços sociais e no fortalecimento da vida associativa em Portugal. O associativismo, que está na base das organizações católicas, nomeadamente no campo social, mas também político, é enfatizado, além de um enfoque mais institucional (Manuel 2013).

Daniel Melo e Renato Carmo (2008) fazem uma abordagem teórica aos conceitos de capital social, terceiro setor e desenvolvimento local. A partir de uma análise histórica da evolução das associações voluntárias e da sua relação com os órgãos públicos, focam o impacto de alguns programas regionais e locais e as suas consequências no território nacional.

3 Art.º 5.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio. Disponível em <<https://data.dre.pt/eli/lei/30/2013/5/8/p/dre/pt/html>>.

2.2. Economia solidária

O conceito de economia solidária é mais recente, e tem as marcas da sua influência a partir da América Latina e da Europa, mas não só. De facto, podemos identificar diferentes significados e debates em torno da economia solidária em Portugal, e aspetos específicos. Apesar de tudo, falta ainda quer o conhecimento, quer o reconhecimento da economia solidária (Hespanha *et al.* 2015; Hespanha 2019).

Rogério Roque Amaro (2009) identifica um modelo francófono e um modelo latino-americano de economia solidária. No primeiro, destaca o desenvolvimento de atividades económicas que dão primazia à gestão democrática e à missão social perante o interesse individual e a maximização de lucros. Salienta a combinação de recursos numa lógica de reciprocidade (dons ou dádivas, trabalho voluntário ou outros envolvimento informais) e de redistribuição (os que são obtidos por contratualização de serviços de interesse geral com o Estado Social e os que resultam de atividades mercantis através da participação no mercado) O modelo latino-americano está muito ligado às práticas sociais, culturais e políticas enraizadas nas lutas desses povos pela sobrevivência e emancipação. A economia solidária caracteriza-se pela sua oposição ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento económico dominante nas sociedades capitalistas e pela importância que dá à promoção da solidariedade entre os diferentes atores, através do fomento da prática da autogestão e da repartição dos direitos de propriedade.

Amaro propõe um terceiro modelo de economia solidária específico da região da Macaronésia, baseado numa experiência muito própria do território. Esta economia solidária envolve quatro arquipélagos: Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Portugal), Canárias (Espanha) e Cabo Verde. A versão da Macaronésia assume uma preocupação explícita pelas dimensões culturais, ambientais, territoriais, científicas e de gestão, que estão ausentes ou implícitas (subjacentes, mas não afirmadas) nas outras duas versões.

Jordi Estivill (2009) propõe uma leitura do caso português próxima do modelo latino-americano. Em Portugal, os mecanismos públicos de proteção laboral e social foram instalados tardiamente e em grande parte sob um regime autoritário. Acresce a grande influência das associações da igreja católica que desempenhavam um importante papel na intervenção social. Pequenos setores da burguesia “iluminada”, em geral republicanos e laicos, patrocinavam e apoiavam as iniciativas da economia social laica.

A ligação à agricultura, onde os atores sociais têm tradicionalmente maior dificuldade de se organizar em formas associativas e sindicais como acontece com o proletariado industrial e urbano, revela muito sobre a forma como a economia social se desenvolveu nos países da Europa do Sul. A este propósito, Estivill (2009) refere que a conceptualização plural da economia de Laville — baseada nas propostas de Polanyi e de Mauss, e que assenta nos princípios da reciprocidade, domesticidade e redistribuição — se adapta melhor à realidade da economia solidária portuguesa, que se baseia na família e na agricultura. O autor verificou igualmente que em países como Portugal as iniciativas da economia social tiveram uma dimensão local importante. Cooperativas, associações e sociedades mútuas visavam não só dar resposta a necessidades económicas urgentes, mas também promover experiências socioculturais (ateneus, sociedades culturais, escolas, coros e bandas, centros de teatro e recreação, casinos populares, etc.). Talvez por esse motivo, em países como Portugal, se encontra uma grande ligação destas associações ao desenvolvimento territorial local e uma maior associação entre desenvolvimento local e economia social e solidária. Um exemplo da discussão da economia solidária em articulação com o desenvolvimento local é a tese de doutoramento de Cristiane Cardoso (2012), que analisa os fatores críticos de sucesso e identifica os benefícios obtidos pelos agentes envolvidos no processo de criação e manutenção de redes de

PME (Pequenas e Médias Empresas) e organizações da economia solidária numa perspetiva de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. Este tem sido também o enfoque de Pedro Hespanha (2009), que faz uma reflexão acerca das formas que designa de economias populares, englobando a realidade camponesa e operária, as economias locais, o artesanato e a pequena produção familiar, e o saber económico popular. O autor verifica que o sistema económico capitalista nunca conseguiu desagregar totalmente as relações sociais baseadas na reciprocidade e na entreatajuda.

Mais próxima da versão francófona, Britta Baumgarten (2017) identifica uma pluralidade de formas de economia solidária em Portugal, como centros culturais auto-organizados, grupos de agricultura urbana e redes de troca baseados na solidariedade e reciprocidade. A partir de um inquérito a 35 projetos da Rede Convergir, a autora concluiu que a ascensão de novos projetos nos últimos anos segue tendências internacionais ligadas ao desenvolvimento sustentável e à sua ligação em rede.

Pedro Hespanha, Luciane Santos, Beatriz Silva e Eber Quiñonez (2015) analisaram e clarificaram o conceito de economia solidária, identificando os seus critérios e as iniciativas económicas informais da comunidade. Os autores argumentam no sentido da adoção de uma abordagem inclusiva de economia solidária a fim de reconhecer a diversidade das iniciativas nela incluídas, desde as menos formalizadas, com pouca ou nenhuma relação com o mercado e intimamente associadas à economia popular, às mais híbridas e flexíveis, que estão a emergir em contextos urbanos sob os princípios da reciprocidade, troca direta e redistribuição.

As abordagens descritas tendem a recorrer aos quadros teóricos internacionais, nomeadamente aqueles inspirados em Polanyi, assinalando as diversas formas de economia e de solidariedade com uma inevitável componente política (Portela 2009). Estas perspetivas, que encerram uma tentativa de pensar alternativas à economia mercantil, permitem discutir também a sustentabilidade (Amaro 2016). De igual modo, são estudados casos, enquadrados nestas perspetivas, como o comércio justo (Coelho 2008), numa iniciativa de entreatajuda no âmbito do movimento de transição (Freitas 2014), a agricultura urbana (Paizinho e Ferreira 2017) ou as moedas sociais e mercados de troca (Santos e Silva 2014; Coelho 2019).

Outras perspetivas do conceito de economia solidária estão centradas no conceito de solidariedade, com ênfase sobretudo na dimensão social das iniciativas, encontrando frequentemente a sua expressão nas atividades das organizações do terceiro setor. Neste campo da literatura, é menos frequente encontrar referência ao papel político e crítico das iniciativas da economia solidária. Foi este o caminho de Maria da Conceição Ramos (2011), que caracteriza a economia solidária evidenciando a sua importância enquanto instrumento de inclusão e ação social, com potencial de empregabilidade, de coesão, de cidadania e de desenvolvimento local e comunitário. Neste trabalho, a autora refere o papel da ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito) enquanto instrumento inovador para desenvolver o empreendedorismo e atenuar o efeito das desigualdades sociais da globalização da economia.

Nesta senda, é possível inventariar igualmente os trabalhos de Raquel Freitas (2014), que reflete sobre o potencial da economia solidária para contrariar os efeitos da desintegração local, através da análise de uma experiência concreta, a iniciativa AJUDADA, que decorreu em Portalegre; e de Anderson Pacheco (2016), na qual analisa as conjunturas, o processo operacional e os impactos de duas inovações sociais em organizações da economia solidária, uma no Brasil, outra em Portugal, e o seu papel na coesão social.

2.3. Empreendedorismo social

O conceito de empreendedorismo social é relativamente recente, tendo vindo a ser articulado com outros conceitos, como o de empresa social, economia social e terceiro setor. Tanto é possível encontrar literatura sobre empreendedorismo social proveniente do campo dos estudos de empreendedorismo económico como dos estudos das organizações e práticas da economia social. Uma ilustração do primeiro caso são os congressos da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, onde o empreendedorismo é abordado a partir de três enfoques: i) o empreendedorismo que relata situações relativas à criação ou às estratégias de crescimento de empresas; ii) o empreendedorismo social que agrupa um conjunto de casos que descrevem e discutem projetos ou instituições sem fins lucrativos; iii) as estruturas e programas de apoio ao empreendedorismo, que incluem casos que evidenciam o papel de um conjunto de recursos e programas que facilitam a atividade empreendedora (L. Carvalho *et al.* 2015).

Como acontece com os outros conceitos, um dos interesses na literatura tem incidido sobre os significados de empreendedorismo social. Estes significados refletem também tradições conceptuais, disciplinares e geográficas (Parente *et al.* 2011; Parente e Quintão 2014). A partir de entrevistas a organizações e projetos de empreendedores sociais, Vander Casaqui (2014) procura compreender como os cenários sociais, o clima mediático e as situações económicas influenciam a atribuição de valor e a produção de significados ao empreendedor social.

A literatura sobre o empreendedorismo social assume em Portugal três tipo de significados ou abordagens empíricas: i) a que insere o fenómeno do empreendedorismo social no contexto das organizações da economia social; ii) a que assume um enfoque individual, a partir da influência anglo-saxónica, e privilegia o papel do empreendedor social; iii) a que foca a promoção do microempreendedorismo individual na resolução do desemprego e na criação de emprego.

2.3.1 Empreendedorismo coletivo

Na abordagem do empreendedorismo coletivo, tende a aplicar-se este conceito às organizações da economia social. Um trabalho relevante foi o projeto coordenado por Cristina Parente na Universidade do Porto sobre “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação”, em que se pretendeu analisar as estruturas e dinâmicas do empreendedorismo social nas organizações da economia social. Este estudo teve como caso as seguintes formas organizacionais: associações em geral, associações de desenvolvimento local, associações mutualistas, cooperativas de solidariedade social ou multisetorial, fundações de solidariedade social, misericórdias e outras organizações religiosas (Parente 2014).

Neste estudo, foram focados vários aspetos do empreendedorismo social na economia social, como as representações de atores-chave do terceiro setor português sobre perspetivas de empreendedorismo social (Parente *et al.* 2012), ou os tipos de empreendedorismo social aplicados nas organizações do terceiro setor (Parente, Lopes e Marcos 2014). Neste trabalho, as autoras propõem uma tipologia de três perfis de empreendedorismo social baseados em diferentes configurações de características-chave das organizações: gestão de recursos humanos, organização do trabalho, gestão do planeamento, gestão de voluntariado e sustentabilidade financeira. As organizações identificadas como moderadamente orientadas para o empreendedorismo social enfatizavam a procura de iniciativas direta ou indiretamente ligadas à sustentabilidade financeira, e as organizações com forte orientação para o empreendedorismo social eram aquelas onde a sustentabilidade financeira e o uso da gestão de recursos humanos era mais empreendedora e/ou a organização do trabalho era mais robusta.

Neste estudo, é sugerida a presença de diferentes modelos de empreendedorismo organizacional: um que enfatiza a inovação social e outro que enfatiza a procura da sustentabilidade financeira e da eficiência organizacional a partir de práticas mercantis e empresariais.

Na tendência da enfatização da eficiência e eficácia organizacional, encontram-se estudos como o de Fátima David, Rute Abreu, Liliane Segura e Henrique Formigoni (2014), que descrevem o empreendedorismo social como a criação de valor social para a comunidade, promovendo o emprego, minorando a exclusão social e a conflitualidade, e aumentando as valências de apoio e os benefícios da comunidade. Neste trabalho, os autores analisam a situação das IPSS no plano da sua sustentabilidade financeira e avançam com um conjunto de recomendações quanto à gestão organizacional.

Encontram-se igualmente autores, como Vania Estivaleta, Taís de Andrade, Vívian Costa e Lisiane Faller (2016), que analisam a perceção de empreendedores sociais em organizações sociais relativamente a preocupações com a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões – social, ambiental e económica. Estes autores exploram o conceito do *Triple Bottom Line* para analisar como os empreendedores sociais se posicionam quanto à procura simultânea de crescimento económico, qualidade ambiental e igualdade social nas suas organizações. Felício, Gonçalves e Gonçalves (2013) também analisam o papel do empreendedorismo social (entendido como a capacidade de introduzir processos de inovação social) e da liderança transformacional na criação de valor social e no desempenho organizacional de organizações sociais sem fins lucrativos. Em linha idêntica, Bernardino e Santos (2019) estudam o modo como a gestão de recursos em organizações sociais influencia o seu desempenho. Num outro estudo, este conceito é mobilizado em comparação com o de empreendedorismo comercial, mostrando, através de um Estudo de caso, que uma orientação excessiva para o lucro pode pôr em causa a ideia de empreendedorismo social (Góes 2012).

O conceito de empreendedorismo social também é aplicado no caso das cooperativas para sublinhar o potencial dos modelos mercantis. Vítor Figueiredo e Mário Franco (2013) refletem sobre a forma como o sucesso das cooperativas e a sua missão social está dependente da adoção de ações de empreendedorismo social e estratégico. Os autores propõem um modelo integrativo que permita compreender como o empreendedorismo estratégico e social pode criar sustentabilidade económica e social nestas organizações. Neste trabalho, entendem as cooperativas como empresas sociais, ou seja, uma hibridização entre associação e empresa empresarial, que atuam segundo as leis do mercado para atingir objetivos sociais.

A aplicação do conceito de empreendedorismo social com ênfase na inovação social está presente no estudo levado a cabo pelo IES-Social Business School, e o IPAV – Instituto Padre António Vieira, que deu lugar ao MIES – Mapa de Empreendedorismo e de Inovação Social. Neste estudo, fez-se um mapeamento de 134 iniciativas de elevado potencial de empreendedorismo e inovação social no Norte, Alentejo e região Centro de Portugal. A seleção das iniciativas baseou-se em cinco critérios: i) forte missão social; ii) potencial de impacto (para transformar políticas públicas, mercados e comportamentos, e nas dinâmicas da sociedade e/ou no ambiente); iii) capacidade de empoderamento local e inclusão social (envolvendo e capacitando os beneficiários e outras partes interessadas); iv) potencial de inovação e de sustentabilidade (através de novas soluções baseadas em modelos de funcionamento eficientes e viáveis que desafiam a visão tradicional); v) potencial de crescimento (com a preocupação e a capacidade de escalar a solução e/ou de a disseminar através de replicação) (Megre, Martins e Salvado 2012; IES/IPAV 2015).

A abordagem do empreendedorismo pela inovação tem focalizado estudos de caso de iniciativas de organizações tão diferentes como a Escolinha de Rugby da Galiza, em Cascais (L. Carvalho *et al.* 2015), a cooperativa de habitação e construção económica Bem-vinda

a Liberdade, em Setúbal (Simões, Sardinha e Carvalho 2005), a Cooperativa Terra Chã (Bernardino e Santos 2017), a ColorADD (Ávila e Amorim 2015), a Bolsa de Valores Sociais (Bernardino e Santos 2016), o projeto “Marias” (Leite 2012), o projeto “Dar Sentido à Vida” (Bastos 2016), entre outros.

2.3.2. Empreendedorismo individual

Na abordagem individual do empreendedorismo social, foca-se o indivíduo empreendedor. Como tal, uma das ênfases desta literatura são os traços das trajetórias ou do perfil do empreendedor social.

Susana Bernardino e José Freitas Santos analisaram características psicográficas e demográficas (2016) e a influência do percurso profissional e educacional (J. Santos e Bernardino 2014; Bernardino e Santos, 2015) e a perceção da viabilidade da iniciativa (J. Santos e Bernardino 2014) dos empreendedores sociais que criaram ONG e outros projetos registados na Bolsa de Valores Sociais e em ONGD. Estudaram também o modo como os traços de personalidade e o género determinam diferentes predisposições para a criação de empreendimentos sociais (Bernardino, Santos e Ribeiro 2018).

Noutros estudos, tenta perceber-se como as motivações e representações dos empreendedores sociais moldam os processos de empreendedorismo. Tal é o caso do estudo de Braga, Proença e Ferreira (2014), que, através de entrevistas a 13 empreendedores, exploram os fatores que motivam as pessoas a criar, desenvolver e manter um projeto de empreendedorismo social.

As competências empreendedoras são também perspetivadas como sendo passíveis de serem adquiridas, nomeadamente através de formação. A partir de um estudo sobre as necessidades específicas de formação junto de empreendedores sociais e outros *stakeholders* envolvidos na disseminação do empreendedorismo social em três países europeus, Helena Silva, Marlene Amorim e Marta Dias (2015) concluem que as necessidades diferem das dos empreendedores e gestores tradicionais e apontam para a importância de se desenvolverem cursos e ferramentas para estes empreendedores.

2.3.3. Microempreendedorismo e criação de emprego

Neste domínio, a premissa está assente no facto de, independentemente da escala do empreendimento e de este ter ou não uma missão social subjacente, «estes indivíduos não est[arem] a resolver apenas o seu problema mas, ao fazê-lo, contribu[í]r para o desenvolvimento local e para o progresso económico geral», como alertam José Portela, Pedro Hespanha, Cláudia Nogueira, Mário Sérgio Teixeira e Alberto Baptista (2008, 23).

De entre esta literatura, encontram-se autores, como Mónica Santos e Paula Guerra (2012), que recorrem aos quadros conceptuais do empreendedorismo social e da economia social para analisar um conjunto de políticas sociais nacionais criadas a partir de meados de 1990, pondo a tónica nos eixos da criação de emprego e do incremento das qualificações, do apoio e dinamização da economia social, do desenvolvimento local e fortalecimento das parcerias na inventariação de respostas aos grupos mais desfavorecidos.

2.4. Inovação social

O conceito de inovação social é outro que ganhou popularidade, fazendo convergir estudos de várias áreas disciplinares e enfoques analíticos. A sua utilização mais frequente ocorre no campo das organizações da economia social/terceiro setor, do desenvolvimento local e desenvolvimento territorial, frequentemente lado a lado com o conceito de inovação e, mais recentemente, associado ao conceito de empreendedorismo social.

O uso mais antigo do conceito está associado à emergência do conceito de terceiro setor e às descrições das organizações como mais inovadoras do que as organizações estatais e mais capazes de dar resposta aos problemas sociais do que as empresas. É nesta tradição que se inserem as abordagens das organizações do terceiro setor enquanto inovação social ou fonte de inovação social (V. Almeida 2006; Vieira, Parente e Barbosa 2017).

2.4.1. A inovação social nas organizações

Num conjunto de estudos, foca-se o processo de inovação social por parte de organizações, nomeadamente refletindo no modo como estas inovações são desencadeadas, construídas e disseminadas. Nestes estudos, não se tende a focar as organizações em si mas, antes, os projetos por elas desenvolvidos. Neste sentido, nas abordagens inspiradas pela literatura da inovação, costuma considerar-se que esta é algo que se pode planear. Bastos (2016), por exemplo, estuda o projeto “Dar Sentido à Vida”, da IPSS SAOM, em termos do ciclo de inovação social proposto no *Open Book of Social Innovation*, discutindo o seu potencial de replicação a partir de um conjunto de indicadores considerados relevantes: os atributos do modelo de intervenção a ampliar, os atributos dos promotores, a estratégia da implementação, os atributos da comunidade ou grupos beneficiários e o contexto social e político. Vera Diogo e Paula Guerra (2013) estudam o modo como as representações identitárias dos *stakeholders* da Associação Humanitária Habitat Portugal (AHH) têm ressonância com um conjunto de princípios associados à inovação social. Na sua tese de doutoramento, Pacheco (2016) faz um estudo comparativo de dois casos de inovação social, em Portugal (Centro Comunitário Paróquia de Carcavelos) e no Brasil (Saúde Criança), a partir do ciclo de inovação e tendo em conta o seu modelo de gestão e o seu impacto social.

As parcerias entre organizações são concebidas como oportunidade de inovação social, nomeadamente as que envolvem o terceiro setor, o setor lucrativo e o setor público. Michele Borges (2017) e Maria Borges com outros autores/as (2020) estudam parcerias intersetoriais, e Liliana Ávila e Marlene Amorim (2015) estudam colaborações entre organizações sem fins lucrativos e empresas no desenvolvimento de iniciativas de inovação social em Portugal.

2.4.2. A inovação social nos territórios

O uso do conceito de inovação social (IS) numa perspetiva territorial ou comunitária está associado, em termos internacionais, a Frank Moulaert e à sua equipa. Tendo participado num destes estudos, André e Abreu (2012) discutem o conceito de inovação social como a capacidade de transformar as relações de poder através dos processos e identificam as suas principais dimensões analíticas: a natureza, os estímulos, os recursos e dinâmicas, os agentes, e os meios inovadores ou criativos. Os autores dão particular importância à quinta dimensão de análise, correspondente à espacialidade do processo de inovação social, ou seja, às características dos meios inovadores ou criativos. Num balanço sobre os diferentes significados do conceito, também Alcides Monteiro (2019) sugere uma definição de inovação social associada a estratégias de desenvolvimento local que enfatiza, num dos seus eixos, uma dimensão política que aponta para a missão social e para uma visão transformadora. A ideia de que a

IS pode ser concebida numa perspetiva sistémica e transformadora é também a proposta de Joana Dias e Maria Partidário (2019), que a contrastam com uma perspetiva que considera a IS como algo que pode ser observado, medido e analisado.

Numa perspetiva territorial, tem sido identificada a necessidade de indicadores sobre o papel e o impacto da inovação social no desenvolvimento regional (Novikova 2018; Albuquerque e Rocha 2019).

Também aqui os estudos se focam no papel de organizações sociais, nomeadamente empresas sociais, nos processos de inovação social promotores de desenvolvimento local. É o caso de um estudo do Chapitô. A perspetiva de fazer das artes do circo uma forma de inclusão inaugurou em Portugal uma nova abordagem do problema da exclusão e marginalização de crianças e de jovens (André e Reis 2009). Bernardino e Santos (2017) analisam o caso da Cooperativa Terra Chã e da sua interação com o território no desenvolvimento de processos de inovação social. A resposta inovadora emerge de diferentes atividades: a combinação de recursos locais existentes (recursos naturais) de forma inovadora para proteger o meio ambiente e aumentar o turismo; a identificação de novas fontes de receita; as parcerias com outras instituições (públicas ou privadas) que partilham valores culturais e sociais comuns; além da inclusão da comunidade na organização. Naldeir Vieira e outros/as autores/as (2017) estudam o caso do Grupo de Miro e o modo como as suas ações tiveram impacto no desenvolvimento e promoção de inovações sociais. Os autores destacam neste trabalho que a evolução e o sucesso do Grupo de Miro estão muito ligados ao seu promotor, que teve a capacidade de exercer forte influência na dinâmica organizacional. Finalmente, Bernadete Bittencourt e Luciana Ronconi (2016) analisam o caso de uma inovação social desencadeada a partir da economia social, a Bolsa de Terras, cujo objetivo era tornar úteis terras abandonadas, e que se transformou numa política nacional.

Paula Guerra, Teresa Marques e Vera Diogo (2010) analisam a relação entre iniciativas de inovação social do terceiro setor e o desenvolvimento espacial. As autoras focam três casos: um projeto nacional sobre igualdade de género, executado por uma rede da Associação de Desenvolvimento Local Animar; uma instituição social privada com foco na saúde e bem-estar — Espaço T; e uma associação sem fins lucrativos com foco na habitação — Associação Humanitária Habitat.

2.4.3. Promoção da IS

Os contextos e ações promotoras da inovação social são um importante foco na literatura, marcando a viragem para perspetivas de inovação social que a concebem como passível de ser planeada e implementada. Como tal, alguns estudos têm sido focados em políticas de promoção da inovação social, como é o caso da iniciativa comunitária EQUAL (J. M. Henriques 2009), ou do programa LEADER (Neto, Santos e Serrano 2014), ou, mais recentemente, da Iniciativa Portugal Inovação Social (F. Almeida e Santos 2017; H. Pinto *et al.* 2021).

Paulo Neto, Anabela Santos e Maria Serrano (2014) analisaram o papel, a eficácia e o valor acrescentado das políticas públicas de apoio às redes locais de empreendedorismo e inovação nas zonas rurais, mais especificamente na região do Alentejo. O Programa LEADER surgiu em 1991 como instrumento de política de desenvolvimento orientada para as zonas rurais. O conceito subjacente à abordagem LEADER é que as estratégias de desenvolvimento são mais eficazes e eficientes se decididas e implementadas a nível local pelos atores locais, numa lógica de *bottom-up*. O apoio financeiro do programa foi concedido a grupos de ação local, que resultaram de parcerias entre membros do setor público e do setor privado (ou sem fins lucrativos), em pequenas comunidades rurais, para implementar estratégias de desenvolvimento local.

A iniciativa EQUAL, que decorreu entre 2001 e 2009, foi assinalada como a primeira iniciativa a promover explicitamente e sistematicamente a inovação social. Esta iniciativa assentou nos seguintes princípios: «inovação, trabalho em parceria, *empowerment* e proximidade às populações-alvo, igualdade de género, cooperação transnacional, envolvimento dos empregadores e disseminação das práticas» (Vale 2010, 8).

A iniciativa Portugal Inovação Social, mais recente, é uma iniciativa-piloto na União Europeia, a decorrer em Portugal no período 2014–2020, que visa a promoção da inovação social através do apoio financeiro a Iniciativas de Inovação e de Empreendedorismo Social (IIES), definidas como «projetos de inovação social (normalmente incubadas em organizações existentes ou levando à criação de uma nova organização de missão social) que visam implementar e desenvolver intervenções sobre problemas sociais que possam vir a constituir novas respostas, diferenciadas das respostas convencionais, com impacto social e eficientes na utilização de recursos» (F. Almeida e Santos 2017, 453). Alinhada com as políticas da UE, nomeadamente com a Social Business Initiative, introduz novas ideias, como a da participação do setor privado na resolução de problemas sociais, quer através do desenvolvimento de inovações sociais, quer enquanto investidor, e a mensuração do impacto social dos projetos como condição para o seu financiamento.

Lars Hulgård e Sílvia Ferreira (2019) propõem uma tipologia de quatro discursos sobre inovação social, correspondendo a quatro discursos sobre o papel do Estado e a quatro formas de governação da inovação social: o discurso do voluntarismo, que concebe o papel dos indivíduos como empreendedores heroicos, promovendo a inovação social; o discursos dos movimentos sociais, que concebe a sociedade civil como o lugar onde se iniciam as inovações sociais, consistindo o papel do Estado na criação de condições para a existência de uma sociedade civil forte e na institucionalização das inovações sociais em políticas públicas; o discurso da nova gestão pública, que percebe a inovação social como a incorporação de modelos e práticas do setor lucrativo e da racionalidade mercantil no setor público e na sociedade civil; e o discurso da nova governação pública, que concebe as parcerias intersectoriais como a base da emergência da inovação social e o papel do Estado como capacitador destas parcerias. Neste último entendimento de inovação social, existe proximidade com a discussão sobre os paralelismos entre o conceito de gestão social e o conceito de inovação social (K. Silva e Pacheco 2018). Carla Nogueira, Hugo Pinto, André Guerreiro e Fábio Sampaio, através da experiência de projetos de investigação-ação em parcerias intersectoriais que visam promover a inovação social, como o Atlantic Social Lab, refletem na criação de ecossistemas promotores de inovação social e no papel das políticas públicas promotoras destes ecossistemas (Nogueira, Pinto e Sampaio 2017; Guerreiro et al. 2020).

Ana Melro e Lúcia Oliveira (2017) fazem uma reflexão em como os ambientes coletivos de aprendizagem podem contribuir para o desenvolvimento de projetos de inovação social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento territorial. As autoras pretenderam neste trabalho analisar os impactos dos vários programas de formação e de iniciativas certificadas como empreendedorismo social levadas a cabo pelo IES-Social Business School entre 2009 e 2016, tendo como uma das suas conclusões a ideia de que ambientes coletivos de aprendizagem empoderam indivíduos no sentido de construírem iniciativas mais eficientes, efetivas e com maior impacto.

O papel das universidades na promoção da inovação social é também objeto de estudo, particularmente de projetos desenvolvidos em diversas universidades do País, como a Universidade do Minho (S. Monteiro *et al.* 2021), a Universidade de Aveiro (Ávila *et al.* 2016; Franqueira e Gomes 2017) ou a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (B. Silva e S. Ferreira 2015).

3. Dimensões sociais, económicas e de governança das empresas sociais

Revemos aqui um conjunto de literatura de relevo para as temáticas das empresas sociais, reportando-nos às dimensões sociais, económicas e da sua governança, articulando, assim, as dimensões usadas pelo projeto TIMES na caracterização das empresas sociais. Esta literatura não se reporta explicitamente ao conceito de empresa social, apesar de muitas das suas organizações terem sido descritas como empresas sociais, como se viu anteriormente. Nela, existem marcas contextuais e históricas: uma evolução a partir do momento em que estas organizações são inicialmente consideradas nos debates sobre as políticas públicas e sociais, tendo vindo a alargar-se o campo à medida que outras disciplinas se interessam por esta área. Os temas recentes conseguem demonstrar a trajetória de evolução para preocupações relativas à gestão e sustentabilidade, governação, transparência e stakeholders, inovação social.

3.1. Dimensão social

A dimensão social das empresas sociais é partilhada com a maioria das organizações da economia social e solidária e do terceiro setor. Refere-se à missão social, à primazia dessa mesma missão social, traduzida na não lucratividade ou limitação à distribuição de excedentes ou lucros e no seu enraizamento num grupo de cidadãos ou organizações do terceiro setor, de acordo com a abordagem às empresas sociais que adotámos neste projeto.

A pluralidade dos papéis das organizações da economia social — social, económico e político — é assinalada sobretudo a partir dos estudos que possuem uma influência europeia, na perspetiva dos discursos sobre o terceiro setor (S. Ferreira 2009) e da abordagem institucionalista das complementaridades institucionais (V. Almeida 2011a). Nos estudos, aponta-se para um conjunto de problemáticas sociais — pobreza, desemprego e exclusão económica, despovoamento de territórios — muitas das quais agravadas pelas crises e apresenta-se o papel das organizações.

Neste quadro, pode identificar-se a literatura, sobretudo a partir da sociologia, em que se estuda o papel da economia social na promoção do **emprego e da empregabilidade**, pela geração de emprego direto e indireto (Soares *et al.* 2012) em determinados territórios (M. Sousa e Kovács 2014) e a adoção e execução de políticas públicas de promoção do emprego, quer enquanto empregadora, quer enquanto executante de iniciativas (J. Paiva *et al.* 2015), ou pelo contributo da economia social e solidária para a integração económica (J. M. Henriques 2010). Natália Monteiro e Stewart (2015) estudam o contributo das cooperativas para a geração e manutenção do emprego em comparação com o setor lucrativo, mais orientado para a maximização do lucro. André e Abreu (2010) coordenaram uma investigação europeia sobre estratégias criativas de criação de emprego por parte do terceiro setor, onde se inclui o caso do projeto Sabura, da Cova da Moura.

Júlio Paiva, Liliana Pinto, Alcides Monteiro e Nuno Augusto (2015) analisam o papel das políticas ativas de emprego no perfil de emprego das organizações da economia social. O objetivo foi caracterizar este setor enquanto entidade empregadora e promotora da empregabilidade. Os resultados revelam que o setor da economia social é um importante agente no que respeita à criação de empregos e produção de riqueza. Além de intervir diretamente na prestação de serviços fundamentais (apoio a idosos, cuidado de crianças), cresce a importância destas organizações enquanto entidades que criam postos de trabalho e empregam diretamente. Os autores verificaram que uma das estratégias deste setor para a manutenção e possível alargamento dos quadros de colaboradores tem sido o recurso a medidas ativas de emprego. Quanto à promoção da empregabilidade, no estudo verificou-se que uma parte significativa das mesmas (44%) não desenvolve atividades neste domínio. No entanto, foi possível verificar que

a categoria dos desempregados como grupo-alvo da intervenção tem vindo a aumentar. Na mesma senda, Júlio Paiva e colegas (2015), no âmbito dos estudos da EAPN-Portugal, também abordam o caso das Empresas de Inserção como um exemplo da intervenção direta das organizações da economia social na implementação de medidas ativas de emprego.

Outra área de enfoque é a das **políticas sociais**, em especial dos serviços sociais e dos projetos sociais, dos quais as OES são importante provedor. Estes estudos permitem assinalar o seu lugar no Estado Social em Portugal e o modo como ambos coevoluíram nesta relação (J. Ferreira 2010; Correia 2013), nomeadamente com ênfase no seu papel na atenuação dos efeitos da crise ou na implementação de políticas de emergência social em geral (E. Santos *et al.* 2016), ou em medidas específicas como as cantinas sociais (V. Almeida 2016). Alcides Monteiro (2014) analisa a influência das organizações locais na conceção e prestação de serviços sociais com o Estado. Os resultados revelam que estas organizações visam a promoção do desenvolvimento local (social e económico) e podem desempenhar um importante papel de mediação entre as diretrizes programáticas do Estado e a sua execução, refletindo fortemente a sua própria identidade política, tanto no processo como nos resultados.

O **desenvolvimento local e territorial** é também uma área de enfoque (M. C. Ramos 2013; A. Monteiro 2014). Destacam-se os estudos de caso já referidos sobre o papel das organizações na promoção da inovação social (André e Reis 2009), ou os estudos sobre o papel de OES, nomeadamente organizações de desenvolvimento local, no apoio aos pequenos produtores locais, como no caso do mel (Morais 2011), das cooperativas na promoção do acesso das populações à eletricidade (Alves 1999), do associativismo e cooperativismo agrário em Trás-os-Montes e Alto Douro na modernização e adaptação da agricultura às normas de produção e comercialização europeias de uma população basicamente envelhecida e pouco instruída (F. Pereira 2008), de organizações de desenvolvimento local na promoção do empreendedorismo e da inovação em territórios de baixa densidade (Pato 2020). Noutros estudos, identifica-se a pluralidade de contributos das organizações, por exemplo, através do conceito de desempenho social das cooperativas, incluindo a satisfação das necessidades, criação/manutenção de emprego, promoção da educação e desenvolvimento de atividades em prol da comunidade (Cabo *et al.* 2009).

Num estudo sobre o impacto dos incentivos europeus regionais no desenvolvimento regional nas regiões do Douro e do Alto Trás-os-Montes, Teresa Sequeira e Francisco Diniz (2013) assinalam um maior impacto do investimento público, relativamente ao investimento privado produtivo, e destacam a importância do investimento privado de natureza não lucrativa no âmbito do terceiro setor, apontando-o como um importante fator em matéria de políticas de desenvolvimento rural.

A ideia de que as organizações da economia social são também veículos de participação cidadã e promoção da cidadania (M. C. Ramos 2011) e que possuem um papel político com impacto nas políticas públicas e na governação societal foi destacada por Sandra Lima Coelho (2008), que afirma que, num contexto de reconhecida baixa participação nas OES, como é o português, se tende a apontar o papel central que esta participação tem na emergência e funcionamento das organizações, como é o caso do comércio justo. José Manuel Leite Viegas (2004) analisa a tradição associativa, destacando as suas características e especificidades. Ao examinar o movimento associativo em Portugal e comparando-o com outros países europeus, reflete no papel das associações na sociedade portuguesa e seus reflexos na vida democrática.

No campo da governação societal, ou seja, da participação das OES na conceção, decisão e implementação de políticas públicas, tem sido estudada a participação das organizações em parcerias que envolvem sobretudo a administração pública local no âmbito de políticas de governança, como é o caso da Rede Social (S. Ferreira 2012).

A análise destes contributos conduz a um outro tema atual, que é a avaliação e mensuração dos resultados ou do impacto das organizações. Neste campo, têm sido significativas as alterações e a pressão das políticas sobre as organizações para que demonstrem o seu impacto, ainda que a discussão acerca da capacidade de medir a amplitude e papel da sociedade civil não seja nova (M. Coutinho 2008). Isabel Nicolau e Ana Simaens (2010) identificam a crescente importância da avaliação das organizações de solidariedade social por pressão da concorrência e da mudança da relação com o Estado. No entanto, de uma forma geral, as autoras verificaram que essas práticas continuam a ser residuais nestas organizações. Susana Bernardino e José Santos (2020b) constatarem que as organizações sociais que mais valorizam os processos de mensuração dos resultados são as que avaliam mais positivamente o seu nível de desempenho social e económico.

Mónica Lopes (2017) constata que a avaliação nas organizações do terceiro setor assenta maioritariamente na medição do desempenho ao nível managerialista e tecnocrático, assumindo feições próximas das práticas de controlo da gestão do setor empresarial, alicerçadas num paradigma positivista. A autora chama a atenção para o facto de este tipo de avaliação negligenciar fatores ligados à realidade subjetiva dos diferentes *stakeholders* e dimensões do processo, como a participação, o pluralismo, a equidade, a advocacia e a inovação — fatores que constituem o carácter distintivo deste setor.

De entre os riscos mais evidentes, a autora destacou que a adoção de abordagens avaliativas sumativas, que premeiam o sucesso e punem as falhas, pode levar ao afastamento das organizações da sua missão social, uma vez que as pode levar a adotar grupos-alvo com menor risco de fracasso, ao mesmo tempo que acaba por dissuadir a adoção de abordagens mais inovadoras. Lopes (2017) destaca outro risco, o de enviesamento dos processos de avaliação em favor daqueles que têm maior capacidade de exigir prestação de contas, os financiadores, e em detrimento daqueles a quem realmente serve, o seu público-alvo.

Nuno Melão, Sara Guia e Marlene Amorim (2017) discutiram os benefícios, as armadilhas e os efeitos na prática profissional da implementação da certificação Europeia de Qualidade nos Serviços Sociais (EQUASS) em organizações sem fins lucrativos. Através de uma análise qualitativa de quatro organizações de serviços sociais que adotaram os níveis de Garantia e Excelência do EQUASS, os autores verificaram melhorias evidentes na qualidade do processo, ao passo que as melhorias no resultado do serviço ou benefícios económicos não eram tão claras. A prática dos assistentes sociais tornou-se mais sistemática e centrada no beneficiário, no entanto, as dificuldades de gestão da carga de trabalho e do tempo aumentaram substancialmente.

Os estudos da **gestão** também têm em conta a missão das organizações. Isabel Macedo, José Pinho e Anabela Silva (2016) examinam o papel mediador do compromisso organizacional no desempenho da organização a partir de um inquérito a uma amostra representativa de 112 organizações sem fins lucrativos na área dos cuidados de saúde. O compromisso organizacional, no entendimento dos autores, envolve, por parte dos membros da organização, a forte crença e aceitação dos objetivos e valores da instituição, a disponibilidade de exercer um esforço considerável em nome da organização e o desejo de se tornar membro da organização. Segundo os autores, as declarações de missão não são apenas importantes para fornecer orientação e foco à organização, mas também para promover a partilha de valores organizacionais e um sentimento de expectativas entre os funcionários.

A discussão da primazia da missão social em detrimento do capital encontra-se nos estudos sobre as cooperativas, nomeadamente no que se refere à distribuição de excedentes, que vários autores fazem questão de distinguir dos lucros (Meira 2011b).

3.2. Dimensão económica

A dimensão económica das empresas sociais e outras organizações da economia social poderá incluir, a partir dos diferentes critérios, a análise da presença de uma atividade económica de produção ou troca de bens e serviços, a existência de trabalho remunerado e a presença de risco económico.

3.2.1. Recursos das OES e da inovação social

Na maior parte da literatura acerca das organizações de solidariedade social ou das cooperativas, tem-se em conta que se lhes colocam desafios específicos. No primeiro caso, parte desta literatura está relacionada com as pressões sobre as fontes de financiamento tradicionais e a sustentabilidade, que a crise e a austeridade vieram intensificar (S. Sousa e Oliveira 2012; S. Silva *et al.* 2014). Existe também um interesse crescente das disciplinas da economia e da gestão por estas organizações. No segundo caso, muitos dos estudos provêm do direito e dizem respeito a vários aspetos distintos das cooperativas.

A partir de quatro estudos de caso, Sílvia Silva, Natacha Santos, Jorge Mota e Ignacio Martín (2014) abordam e analisam os modelos e fontes de financiamento e os fatores associados à vulnerabilidade e sustentabilidade financeira das IPSS. Também Paulo Mourão e Cristina Enes (2017) analisaram a sustentabilidade das organizações não lucrativas. Os autores seguiram uma definição de sustentabilidade triangular que envolve três dimensões: i) sustentabilidade institucional; ii) sustentabilidade do agente; iii) e sustentabilidade financeira. Para alguns autores, os modelos de gestão podem influenciar a sustentabilidade das organizações, como a gestão estratégica (P. Santos 2019).

Paulo Mourão, Teresa Pereira e Maria Moreira (2017) estudaram até que ponto novas formas de capital, como capital humano, intelectual e social, são percebidas por diferentes membros de organizações sem fins lucrativos (diretores, funcionários e voluntários) e valorizadas como um fator de capacidade organizacional. Os autores analisaram o caso de uma delegação da Cruz Vermelha Portuguesa e concluíram que os entrevistados valorizavam a existência de outras formas de capital para o cumprimento da sua missão (além do capital financeiro), como o capital humano.

Em alguns estudos, a conceção de empreendedorismo social que assenta na preocupação e procura de recursos mercantis e modelos de gestão do setor privado é aplicada às OES (David *et al.* 2014; Estivaleta *et al.* 2016; Felício, Gonçalves e Gonçalves 2013). A ideia de que a proeminência de recursos do Estado nas OES leva à sua falta de autonomia e põe em causa a sua sustentabilidade surge na literatura, por exemplo, na discussão do papel das organizações na cogovernança local (Teles 2013). Para muitos autores, a sustentabilidade é atingida com o reforço das atividades mercantis (Soares *et al.* 2012; Bernardino e Santos 2021), a diversificação dos recursos, a adoção de práticas e lógicas da economia solidária por parte das IPSS (Correia 2011) ou através da criação de uma imagem de marca para atrair doadores (Paço, Rodrigues e Rodrigues 2015).

A teoria da dependência de recursos tem em conta o efeito, para a autonomia da organização, da importância e concentração de recursos num reduzido número ou num tipo específico de financiador. As organizações não lucrativas (ONL) tendem a ser dependentes de recursos externos e de uma variedade de tipos de fontes (subsídios e contratos com o Estado, recursos próprios gerados com quotizações, pagamentos dos utilizadores, angariação de fundos, vendas, investimentos e recursos privados de filantropia individual e empresarial). Num estudo levado a cabo acerca de organizações não lucrativas portuguesas, concluiu-se que a diversificação de recursos não tem impacto em termos da orientação das organizações, quer

para os financiadores, quer para os utilizadores. Todavia, no estudo também se identifica uma preferência para a orientação para os financiadores, em relação aos utilizadores, no caso das organizações que dependem mais da filantropia do que do financiamento público (Macedo e Pinho 2006). Num outro estudo, focaliza-se o caso de uma empresa social para identificar a estratégia de angariação de recursos em contexto de “constrangimento de recursos” resultante da incapacidade de os seus “clientes” pagarem os seus serviços e produtos, concluindo-se que se verifica uma hibridização dos recursos (Ávila, Amorim e Ferreira 2019).

No caso das cooperativas, os autores abordam o regime económico das cooperativas (Meira e Ramos 2014; Meira 2016b) e suas especificidades, como o capital social (Meira 2010; Meira, Bandeira e Gonçalo 2017). De igual forma, a fiscalidade é outro tema importante da literatura sobre as cooperativas, por via também de algumas especificidades (Meira 2011a; Aguiar, Meira e Raquel 2016; Aguiar e Meira 2017). Os bancos não lucrativos são estudados em comparação com os bancos comerciais nas dimensões da geração de capital, atitudes em relação aos lucros e aplicação dos mesmos, *régie* fiscal e governança, mostrando-se que, ainda que existam diferenças, a sua evolução tem sido no sentido do isomorfismo (Barradas, Lagoa e Leão 2011).

O conceito de inovação social permite novas abordagens, não a organizações, mas a projetos, suscitando, por exemplo, análises sobre o processo de tomada de decisão quanto a fontes de financiamento e modelos de governação e o impacto destas decisões no processo de inovação social (Martins *et al.* 2020).

Novas fontes de financiamento são também estudadas, nomeadamente o *crowdfunding*, como fonte de financiamento de projetos sociais (Bernardino, Santos e Ribeiro 2016); a filantropia empresarial, que apoia iniciativas desportivas comunitárias (Miragaia, Ferreira e Ratten 2017); e os títulos de impacto social desenvolvidos no âmbito da iniciativa Portugal Inovação Social (Farinho 2018). Num estudo comparativo sobre instrumentos de finança social para empresas sociais em Portugal, Espanha e Grécia, o conceito é definido como *social finance* e refere-se a «um conjunto de abordagens de crédito e investimento para financiar projetos e iniciativas, que requerem a geração simultânea de impactos positivos na sociedade, no ambiente ou no desenvolvimento sustentável e nos retornos financeiros» (Rizzi *et al.* 2018, *apud* Oudeniotis e Tsobanoglou 2020, 28). Os instrumentos identificados em Portugal dizem respeito aos instrumentos financeiros da iniciativa Portugal Inovação Social, nomeadamente apoio à capacitação organizacional e gestionária (capacitação para o investimento social), alavancagem de financiamentos em parceria de projetos de IS (parcerias para o impacto), títulos de impacto social, fundos de inovação para organizações da economia social e empresas. Elencam-se ainda, nos instrumentos de finança social, o intermediário Laboratório de Inovação Social e a linha de financiamento Social Investe para entidades de economia social, gerida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

3.2.2. Trabalho nas OES

O **trabalho** nas OES e a **profissionalização** são também temas tratados na literatura. A caracterização dos trabalhadores remunerados das organizações de serviços sociais indica a presença sobretudo de profissionais em idade jovem e das áreas do serviço social, psicologia, sociologia e gestão/economia e outras ciências sociais e humanas (A. P. Marques, Caria e Silva 2013), o peso das trabalhadoras do sexo feminino, em contraste com o domínio do sexo masculino nos órgãos de governação (Martinho e Parente 2015), a natureza das relações contratuais nas organizações sociais, com uma tendência para a estabilidade dos vínculos, tanto maior quanto mais alta a qualificação (J. Paiva *et al.* 2015), ou o diálogo social entre as OES e os representantes dos trabalhadores (Valadas 2016).

Uma especificidade das cooperativas é o regime de trabalho e a relação dos cooperantes com a cooperativa. Também esta é uma área de estudo dos investigadores deste campo (C. Carvalho 2012; Figueiredo e Franco 2018).

Numa comparação entre empresas cooperativas e empresas capitalistas a partir de dados dos Quadros de Pessoal, Natália Monteiro e Geoff Stewart (2015) concluem que, em média, nas cooperativas, a estabilidade laboral é maior (25 para 9 anos), os trabalhadores têm níveis de escolaridade mais elevados (mais um ano), com maior peso de mulheres (52% para 41%), o número de postos de trabalho é superior (24 para 10) e os rendimentos médios anuais são 3,5 vezes superiores aos das empresas capitalistas. Em linha idêntica, mas para o caso das organizações do terceiro setor, a socióloga Cristina Parente (2012) estudou o modo como alguns dos princípios e valores atribuídos a estas organizações — gestão democrática e participativa, primazia das pessoas em detrimento do capital e centralidade do capital social — se exprimem nas relações laborais.

Cristina Parente e Celso Pais (2015) analisaram como as equipas de trabalho são representadas, bem como os seus métodos de trabalho, em organizações sem fins lucrativos socialmente empreendedoras. Neste trabalho, os autores partiram do pressuposto de que nas ONLE os métodos de organização do trabalho são estrutural e funcionalmente semelhantes aos das organizações com fins lucrativos e podem ser enquadrados pelas teorias gerais de gestão. A partir da perspetiva da gestão, existem também análises sobre a gestão de recursos humanos em organizações sociais (Bernardino e Santos 2020a).

No que diz respeito à **profissionalização**, Telmo Caria (2013) analisou os modelos do trabalho profissional em ONL; Ana Carvalho, Melo e Ferreira (2016) estudaram as práticas de formação profissional nas ONL; Jorge de Sá (2010) analisou as práticas de formação profissional e cooperativa nestas organizações, tendo em conta, nomeadamente, que a formação cooperativa é uma obrigação; e Dulce Serra-Simões (2019) estudou a direção técnica em IPSS. A temática da formação dos trabalhadores das organizações é também tratada na literatura, verificando-se, por exemplo, que o grau de profissionalização das organizações influencia o investimento na formação dos trabalhadores (Ana Carvalho, Melo, e Ferreira 2016).

O **voluntariado** é outro tipo de trabalho nas OES e tem vindo a ser objeto de estudo com algum interesse. Em Portugal, o voluntariado ocorre sobretudo nas organizações sociais (Serapioni, Ferreira e Lima 2013). De forma geral, os estudos sobre voluntariado e OES tendem a ser focalizados na gestão do voluntariado (Ana Carvalho e Sampaio 2017).

Antónia Lima e Fernanda Oliveira (2015) problematizaram as práticas de voluntariado e *entreajuda* (formal e informal) em Portugal, e como essas práticas assentam em racionais de *dádiva* e de *reciprocidade*, e são processos complexos que congregam fatores pessoais e espirituais, afetivos, morais e utilitaristas. Numa pesquisa etnográfica realizada em Portugal, entre 2012 e 2015, as autoras focavam o voluntariado em organizações da economia social. Na investigação, revelou-se que as complexas inter-relações entre todos os atores da teia de reciprocidades estabelecidas na sociedade em diversas dimensões proporcionam diferentes níveis de dependências e de dívidas, que não são apenas materiais, mas também morais, simbólicas e espirituais.

3.3. Dimensão da governança

A discussão sobre a governança convoca a literatura sobre as formas organizacionais e jurídicas, estrutura de propriedade, tomada de decisão e participação dos *stakeholders* e a questão do peso do capital na tomada de decisão.

Os estudos da governação das OES são sobretudo abordados a partir do direito e da gestão. O direito estuda as especificidades e características dos quadros jurídicos de diferentes tipos de organizações a partir da análise de diplomas legais.

Os estudos da governação tendem a focar-se nos modelos de governação, nos papéis dos órgãos de direção e na especificidade das OES no que se refere à sua governação — quando comparadas com as empresas lucrativas, em particular na falta de um proprietário — e aos bens e serviços que produz, e na incapacidade de terem uma medida inequívoca da sua performance como as empresas têm com o lucro (G. Pereira 2002).

Deolinda Meira e Maria Elisabete Ramos (2014) abordam a questão da governação das cooperativas a partir dos órgãos da cooperativa, como a assembleia geral e a direção, e discutem as suas funções de administração e representação, os processos de delegação de poderes nesse domínio e a função de fiscalização da gestão da cooperativa. Problematizam igualmente questões como a responsabilidade civil pela administração da cooperativa, e propõem novos rumos e soluções alternativas no plano da reforma da governação das cooperativas, convocando, para o efeito, aspetos como a qualidade de membro e o direito de voto, a ampliação da autonomia estatutária, a composição dos órgãos de administração e de fiscalização, a eleição dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os deveres de lealdade e de cuidado, e a responsabilidade civil pela administração da cooperativa. Vários outros autores abordam a governação das cooperativas (Meira 2013; 2016; 2018; Meira e Ramos 2015; M. E. Ramos 2010).

Rui Gonçalves (2014) faz uma análise histórica do enquadramento legal das fundações em Portugal e de como a Lei-Quadro das Fundações afeta a sua formação, estrutura de governação, atividades, relatórios e supervisão.

A igualdade entre homens e mulheres nas organizações da economia social é um tema que tem vindo a ser abordado, mostrando-se que existe uma diferença significativa, e um contraste, entre a sua participação no emprego e na governação. Enquanto muitas organizações tendem a ter uma mão de obra maioritariamente feminina, ao nível dos órgãos sociais a presença das mulheres fica muito aquém desta representatividade. Esta questão foi analisada no caso das cooperativas (Meira, Martinho e Castro 2020) e das organizações da economia social (Martinho e Parente 2015).

Na gestão, estudam-se os modelos de governação das organizações em várias formas legais e organizacionais. As misericórdias foram analisadas em termos da sua governação. Discutindo o papel dos órgãos de direção e o papel da administração pública, dos trabalhadores, das organizações federativas e dos doadores e clientes na tomada de decisão, Gabriela Moreira Pereira (2002) identifica o predomínio do *Agency Model* sobre o *Stakeholder Model*, dado não haver evidências de participação de outros agentes além dos membros dos órgãos de direção, em particular do provedor. Contestando a inadequação desta literatura para a compreensão da governação da organização, a autora sugere um maior enfoque nas motivações dos membros dos órgãos de direção.

No âmbito do projeto Universidade Cooperativa Europeia (S. Ferreira 2004; 2005), descreveu-se o empresário social como um dirigente remunerado a tempo integral na organização, que muitas vezes ocupa um duplo estatuto, combinando diferentes funções, de acordo com os cargos que ocupa. O empresário social é o elo entre a direção e o resto da organização, prestando contas à direção do seu papel de gestor e transmitindo aos trabalhadores e aos atores externos as orientações da direção. Consequentemente, o empresário social tem de funcionar como mediador entre as diferentes culturas e interesses dentro da mesma organização.

No perfil de emprego do empresário social, identificaram-se os seguintes grupos de atividades: i) vigilância estratégica e promoção; ii) definição interativa das orientações; iii) gestão e desenvolvimento de projetos; iv) gestão colegial de recursos humanos.

Susana Fonseca (2015) explora os mecanismos de governação e a sua aplicação nas Misericórdias. A autora — à luz do conjunto de orientações, princípios e recomendações (equidade, transparência, responsabilidade e prestação de contas) emanados do Código de Governo de Entidades do Terceiro Setor (Santana e Campos 2013), que servem de base à modernização e profissionalização dos modelos de governo das organizações sem fins lucrativos — argumenta que a gestão destas organizações deve passar para outra configuração, diferente do informalismo que as caracteriza. Defende que estas organizações necessitam de se modernizar e profissionalizar para que possam continuar a inovar nas respostas aos problemas sociais mais prementes. De entre os vários desafios que estas organizações enfrentam, a autora destacou: i) a dependência excessiva do financiamento público, o que subvaloriza as suas funções originárias; ii) modelos de gestão e de negócio em muitos casos obsoletos e sem profissionalismo; iii) modelos de governo autocentrados e pouco preparados para responder às exigências dos vários *stakeholders* formais ou informais.

A questão da democracia das OES é central, uma vez que a gestão democrática tende a ser apontada como um dos princípios/características destas organizações, em particular das associações e cooperativas. A partir da sociologia, Raquel Rego (2010) retoma a tradição da discussão sobre associativismo e ação coletiva para realizar um estudo extensivo à democracia interna das associações. A partir de questionários enviados em 2004 a vários tipos de associações de âmbito nacional, a autora reflete em dois fenómenos que contribuem para o fechamento das associações, a saber: o duplo estatuto dos dirigentes profissionalizados e a centralização do poder patente na síndrome do fundador.

À medida que as organizações se profissionalizam para atingir uma maior performance e eficiência, os dirigentes, e entre eles o Presidente, pelas suas eventuais competências técnicas e pelo seu conhecimento da associação, surgem muitas vezes como uma resposta adequada e eficiente para a contratação de serviços. Tornam-se então indivíduos com um duplo estatuto na associação: membro-dirigente e trabalhador. A existência deste duplo estatuto configura uma situação que propicia a não renovação da elite dirigente. A síndrome do fundador traduz a resistência à mudança por parte de um ou mais indivíduos com poder de decisão. Ao guardarem uma imagem original da associação e centralizarem em si as decisões, chegam a pôr em causa a sobrevivência da associação quando confrontados com um desafio novo.

A questão da profissionalização da gestão torna-se premente em contexto de crescente complexificação da gestão, o que ocorre em todos os tipos de organizações da economia social. Deolinda Meira (2018) aborda esta temática tendo em conta os limites legais para a profissionalização das cooperativas e a necessidade de uma atualização da legislação.

O enfoque nos *stakeholders* tem suscitado estudos sobre a satisfação dos membros das cooperativas (Figueiredo e Franco 2018) e a perceção dos clientes, familiares de clientes, colaboradores e diretores acerca da eficácia organizacional nas IPSS (Isidoro, Dias e Leal 2015). Neste último caso, os autores recorreram a um modelo de avaliação da eficácia organizacional — a teoria dos *stakeholders* — segundo o qual as organizações são tão mais eficazes quanto melhor conseguem responder às necessidades dos grupos que lhes estão associados e que são importantes para a sua continuidade. Os autores verificaram que os determinantes da eficácia variam em função do tipo de *stakeholders* estudado, pois os respetivos interesses em relação ao serviço são também diversos. Há, no entanto, alguns determinantes comuns a quase todos os grupos de *stakeholders*, como sejam as características das instalações (clientes, familiares de clientes e colaboradores) ou a atuação da direção técnica (clientes, familiares e direção).

Numa outra abordagem da gestão, percebe-se a orientação para o mercado como o enfoque nos utilizadores/clientes, estando este também presente nos estudos que combinam o *marketing* e a gestão. Por exemplo, Isabel Macedo e José Pinho (2006) testaram se a orientação das ONL para os doadores, dada a sua dependência de recursos, reduz a sua orientação para os utilizadores/beneficiários. Num inquérito a uma amostra representativa de 392 ONL, os autores concluíram a orientação para os utilizadores em detrimento dos financiadores nas dimensões de *intelligence generation* (recolha de informação sobre preferências dos *stakeholders* e das influências do ambiente), *intelligence dissemination* (partilha interna e externa de informação) e *responsiveness* (implementação de programas de *marketing*).

Num inquérito a uma amostra representativa de cooperativas, Jorge de Sá (2012) procurou perceber quais as perceções da importância do *marketing* transacional e relacional, definidos como a criação de uma cultura baseada em relacionamentos de confiança entre todas as partes interessadas e a promoção de relacionamentos mais próximos com os seus clientes, de forma que se rentabilizem esses relacionamentos ao máximo para concretizar o objetivo: captar mais recursos e ampliar o alcance da causa da organização. Também a questão da comunicação organizacional se revela um tema pertinente e importante de abordar, perante o diagnóstico de desconhecimento e incompreensão por entre as organizações do terceiro setor (T. Nunes e Neto 2017).

A questão da transparência e da prestação de contas aos *stakeholders* é um tema também tratado na literatura, e com particular ênfase na área da **contabilidade**. Os normativos contabilísticos podem ser concebidos como forma de reforço da transparência, de acordo com a proposta de Jesus e Costa (2013), que focam o caso das fundações. Augusta Ferreira, em colaboração com outros/as autores/as (2019), organizou o livro *Modernization and Accountability in the Social Economy Setor*, reconhecendo a inexistência de quadros adequados para prestação de contas que permitam uma adequada comunicação dos seus resultados em contexto de crescente pressão para a prestação de contas por parte das organizações da economia social. Neste livro, encontram-se vários capítulos que incidem sobre Portugal, nomeadamente a contabilidade das cooperativas, a prestação de contas de entidades sociais, a prestação de contas *online* das fundações empresariais e das IPSS. O tema da prestação de contas por parte das fundações é também abordado por Amélia Carvalho *et al.* (2017). A contabilidade é igualmente objeto de enfoque nos estudos sobre as cooperativas, identificando-se, em alguns, inadequações dos enquadramentos contabilísticos (Bandeira e Meira 2015; Meira 2011b).

O enfoque da especificidade dos quadros legais e fiscais das ONL é igualmente tratado a partir dos estudos da contabilidade. Lúcia Marques, Fátima David e Ana Pereira (2015) analisam os normativos fiscais portugueses aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), em geral, e às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), em particular.

A perspetiva sociológica das redes pode também contribuir para análises em torno da dimensão da governança. Joaquim Fialho com outros autores (2016), recorrendo à metodologia de análise de redes sociais, procurou identificar as dinâmicas de cooperação que se estabeleceram entre as organizações que desenvolvem ações de formação profissional no território do Alentejo. Sendo uma região prioritária em termos de aplicação de Fundos Estruturais da União Europeia, o autor procurou identificar as lógicas de partilha de recursos, a definição de estratégias de formação e, por último, o posicionamento dos atores na rede. Também com ênfase nas redes, e a partir da teoria do ator-rede, Melro e Oliveira (2017) estudam o modo como as comunidades de impacto constituídas por empreendedores sociais podem contribuir para territórios inteligentes em zonas rurais de baixa densidade populacional.

Referências bibliográficas

- ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico. 2010. «Funcionamento das Empresas de Inserção de Economia Solidária dos Açores». Ponta Delgada: Observatório Regional de Economia Solidária/ ACEESA.
- Afonso, José António, e José António Martin Moreno Afonso. 2005. «A educação especial em Portugal: Uma memória do movimento associativo dos pais de cidadãos deficientes: as Cooperativas de Educação e Reabilitação (CERCIS)». *Educar em Revista*, 25: 257–274.
- Aguiar, Nina, e Deolinda Aparicio Meira. 2017. «Cooperative Income and Ability to Pay Taxes: A Critical Review». Em *Entidades con Valor Social: Nuevas Perspectivas Tributarias*, dirigido por Isaac Merino Jara, 145–158. Madrid: Ministerio de Hacienda y Función Pública, Instituto de Estudios Fiscales.
- Aguiar, Nina, Deolinda Aparicio Meira, e Sandra Raquel. 2016. «Estudio sobre la eficacia del régimen fiscal cooperativo portugués». *REVESCO: revista de estudios cooperativos* 121: 7–32.
- Albuquerque, Cristina Pinto, e Sara Rocha. 2019. «Third Setor and Social Innovation in Local Communities in Portugal: Dilemmas Concerning Framing and Measurement of Social Impact». Em *New Paths of Entrepreneurship Development*, editado por Luísa Cagica Carvalho, Conceição Rego, Maria Raquel Lucas, M. Isabel Sánchez-Hernández, e Adriana Back Noronha Viana, 257–281. New York: Springer.
- Almeida, Filipe, e Filipe Santos. 2017. «Portugal Inovação Social: na encruzilhada dos tempos». *Cooperativismo e economía social*, 39: 443–462.
- Almeida, Vasco. 2006. «O Terceiro Setor na Economia do Conhecimento». *Interações: Sociedade e as novas modernidades* 11: 55–83.
- Almeida, Vasco. 2011a. *As Instituições Particulares de Solidariedade Social – Governação e Terceiro Setor*. Coimbra: Almedina.
- Almeida, Vasco. 2011b. «Estado, mercado e terceiro setor: A redefinição das regras do jogo». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95: 85–104.
- Almeida, Vasco. 2016. «Portuguese Private Institutions for Social Solidarity in the Context of Austerity: The Network of Social Canteens». *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades* 30: 5–22.
- Alves, Jorge. 1999. «Cooperativismo e electrificação rural — a Cooperativa Eléctrica do Vale d’Este». *População e Sociedade* 5: 79.
- Amaro, Rogério Roque. 2006. «Empresas de Inserção em Portugal — Trajectórias Percorridas e Caminhos para o Futuro». Lisboa: Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.
- Amaro, Rogério Roque. 2009. «A Economia Solidária da Macaronésia — Um Novo Conceito». *Revista de economia solidária* 1: 11–28.
- Amaro, Rogério Roque. 2016. «A sustentabilidade das organizações de economia solidária-Proposta de conceptualização e de avaliação». *Revista de Economia Solidária* 1: 11–29.
- André, Isabel, e Alexandre Abreu. 2010. «Labour Market, Employment Strategies and Social Economy». ET1004. *Collection Études théoriques*. CRISES.
- André, Isabel, e Alexandre Abreu. 2012. «Dimensões e espaços da inovação social». *Finisterra — Revista Portuguesa de Geografia* 41(81): 121–141.
- André, Isabel, e João Reis. 2009. «O circo chegou à cidade! Oportunidades de inovação sócio-territorial». *Finisterra — Revista Portuguesa de Geografia* 88: 79–94.
- Ávila, Liliana. 2016. «SEFORIS: Country Report — Portugal». Brussels: European Union.
- Ávila, Liliana, e Marlene Amorim. 2015. «A colaboração entre empresas e organizações sem fins lucrativos como motor para o desenvolvimento de iniciativas de inovação e empreendedorismo social». Em *5ª Conferência Ibérica de Empreendedorismo, Empreender para Vencer — Proceedings : Jornada Científica*, editado por Maria do Rosário Almeida, Carolina Rodrigues, e Mário Carrilho Negas, 50–55. Oeiras: EMPREENDE – Associação Portuguesa para o Empreendedorismo.
- Ávila, Liliana, e Marlene Amorim. 2021. «Organisational identity of social enterprises: A taxonomic approach». *Voluntas: International Journal of Voluntary & Nonprofit Organizations* 32(1): 13–27.
- Ávila, Liliana, Marlene Amorim, Marta Dias, Teresa Franqueira, e João Sampaio. 2016. «Opportunities for the Engagement of Universities in Social Entrepreneurship and Innovation: A Pilot Experience in Aveiro». *R-LEGO — Revista Lusófona de Economia e Gestão Das Organizações*, Número especial: 33–52.
- Ávila, Liliana, Marlene Amorim, e Luis Miguel Ferreira. 2019. «Strategies Adopted by Social Enterprises to Overcome Operations Resources Constraints: The Case of Vintage for a Cause». Em *New Global Perspectives on Industrial Engineering and Management*, editado por Josefa Mula, Rafael Barbastefano, Manuel Díaz-Madroño e Raúl Poler, 31–38. Cham, Switzerland: Springer.
- Bandeira, Ana Maria, e Deolinda Aparicio Meira. 2015. «A inadequação do enquadramento contabilístico das cooperativas em Portugal». *Revista OTOC* 179: 42–47.
- Barradas, Ricardo Pereira, Sérgio Lagoa, e Emanuel Leão. 2011. «The Non-For-Profit Banks in Portugal: Specificities, Social Role and Evolution». *Working Paper* 06.
- Barros, Carlos Pestana, e J. C. Gomes Santos. 1998. *O mutualismo português: solidariedade e progresso social*. Lisboa: Vulgata.
- Barros, Carlos Pestana, e J. C. Gomes Santos. 1999. *Cooperativismo, Emprego e Economia Social*. Lisboa: Vulgata.
- Bastos, Joana. 2016. «Conceções e práticas inovadoras na inserção social pela qualificação e trabalho: o caso da IPSS SAOM». Em *Atas do Congresso Internacional de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo — Práticas de empreendedorismo e inovação social: perspectivas e estratégias*, organizado por Sara Borges e Virgínia Ferreira, 148–62. Coimbra: Programa de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo.
- Baumgarten, Britta. 2017. «Back to Solidarity-Based Living? The Economic Crisis and the Development of Alternative Projects in Portugal». *Partecipazione e Conflitto* 10(1): 169–92.

- Bernardino, Susana, e José Freitas Santos. 2014. «O papel das experiências pessoais e profissionais na predisposição para a criação de novas iniciativas de empreendedorismo social». Em *TMS Conference Series*, 343–56. Universidade do Algarve/ESGHT.
- Bernardino, Susana, e José Freitas Santos. 2015. «Papel das Motivações do Empreendedor na Decisão de Lançamento da Iniciativa Social». *Portuguese Journal of Finance and Accounting*. 1(2): 31–55.
- Bernardino, Susana, e José Freitas Santos. 2016. «Empreendedorismo Social em Portugal: o caso da bolsa de valores sociais». *Cadernos Gestão Social* 6(1): 43–56.
- Bernardino, Susana, e José Freitas Santos. 2017. «Local development through social and territorial innovation: An exploratory case study». CIRIEC-España, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa* 90: 159–187.
- Bernardino, Susana, e José Freitas Santos. 2019. «The Relevance of Resource Management for Performance-Application of the Resource-Based Theory to Social Entrepreneurship in Portugal». *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* 50: 123–139.
- Bernardino, Susana, e José Freitas Santos. 2020a. «Práticas de gestão de recursos humanos nas organizações sociais em Portugal: Um estudo exploratório». *Administração Pública e Gestão Social* 11(1): 97–118.
- Bernardino, Susana, e José Freitas Santos. 2020b. «Medição de resultados e desempenho organizacional: um estudo exploratório às perceções dos responsáveis de organizações sociais em Portugal». *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting* 6(12). <http://u3isjournal.isvoug.pt/index.php/PJFMA/article/view/489>.
- Bernardino, Susana, e José Freitas Santos. 2021. «Gestão dos recursos financeiros e performance: dependência ou sustentabilidade das organizações sociais em Portugal?» *European Journal of Applied Business and Management* 7(1): 23–41.
- Bernardino, Susana, José Freitas Santos, e José Cadima Ribeiro. 2016. «Social Crowdfunding: A New Model for Financing Regional Development?» *Journal of Urban and Regional Analysis* VIII(2): 97–115.
- Bernardino, Susana, José Freitas Santos, e José Cadima Ribeiro. 2018. «Social Entrepreneur and Gender: what's personality got to do with it?» *International Journal of Gender and Entrepreneurship* 10(1): 61–82.
- Bittencourt, Bernadete de Lourdes, e Luciana Francisco de Abreu Ronconi. 2016. «Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras». *Revista de Administração Pública* 50(5): 795–818. <https://doi.org/10.1590/0034-7612151759>.
- Borges, Maria do Rosário, Noémi Marujo, Jaime Serra, Rosa Coelho, e Carla Susana Marques. 2020. «Associações de Desenvolvimento Local e Turismo Criativo: a MARCA-ADL». Em *Turismo Criativo no Alentejo: A Experiência do Projeto CREATOUR*. Lisboa: Caderno do século.
- Borges, Michele Andréia. 2017. «Dinâmica das Parcerias Intersetoriais em Iniciativas de Inovação Social: da descrição à proposição de diretrizes». Tese de Doutoramento, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Borzaga, Carlo, Riccardo Bodini, Chiara Carini, Sara Depedri, Giulia Galera, e Gianluca Salvatori. 2014. «Europe in Transition: The Role of Social Cooperatives and Social Enterprises». *SSRN Scholarly Paper*. Rochester, NY: Social Science Research Network.
- Borzaga, Carlo, e Jacques Defourny. 2004. *The Emergence of Social Enterprise*. London: Routledge.
- Braga, J. C., T. Proença, e M. R. Ferreira. 2014. «Motivations for Social Entrepreneurship — Evidences from Portugal». *Tékhnē* 12: 11–21.
- Cabo, P., A. Matos, A. Fernandes, e M. I. Ribeiro. 2009. «O desempenho social das cooperativas de crédito portuguesas». Em *Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém*.
- Caeiro, J. M. C. 2008. «Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia». *Revista Katálysis* 11(1): 61–72.
- Caleiras, Jorge. 2008. «A articulação das estratégias de emprego e inclusão social: um overview português». Projecto Bridges for Inclusion/REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza: Portugal.
- Campos, Raquel. 2015. *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cardoso, Cristiane Scholz Faisca. 2012. «Economia solidária e empresas em rede: um modelo de desenvolvimento de inclusão». Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade do Algarve.
- Caria, Telmo. 2013. «O trabalho profissional burocrático: modelo de análise da Profissionalização do trabalho em serviço social no setor não lucrativo em Portugal». *DADOS — Revista de Ciências Sociais* 56(4): 803–839.
- Carrilho, Tiago. 2008. «Conceito de parceria: três projectos locais de promoção do emprego». *Análise Social XLIII*(1): 81–107.
- Carvalho, Amélia, Lúcia Rodrigues, e Manuel Branco. 2017. «Factors Influencing Voluntary Disclosure in the Annual Reports of Portuguese Foundations». *Voluntas: International Journal of Voluntary & Nonprofit Organizations* 28(5): 2278–2311.
- Carvalho, Ana. 2010. «Quantifying the Third Setor in Portugal: An Overview and Evolution from 1997 to 2007». *Voluntas: International Journal of Voluntary & Nonprofit Organizations* 21(4): 588–610.
- Carvalho, Ana, Solange Melo, e Ana Paula Ferreira. 2016. «Training in Portuguese Non-Profit Organizations: The Quest towards Professionalization». *International Journal of Training and Development* 20 (1): 78–91.
- Carvalho, Ana, e Martinha Sampaio. 2017. «Volunteer management beyond prescribed best practice: a case study of Portuguese non-profits». *Personnel Review* 46 (2): 410–28.
- Carvalho, Catarina de Oliveira. 2012. «Qualificação da relação jurídica entre cooperador e cooperativa: contrato de trabalho ou acordo de trabalho cooperativo?» Em *Jurisprudência cooperativa comentada — Obra coletiva de comentários a Acórdãos da Jurisprudência Portuguesa, Brasileira e Espanhola*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Carvalho, Luísa Cágica, Pedro Dominginhos, Rui Nuno Baleiras, e Tomaz Ponce Dentinho. 2015. «Escolinha de rugby da Galiza — Crescimento de uma iniciativa de empreendedorismo social». Em *Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional — Casos Práticos*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Casaqui, Vander. 2014. «Narrativas de empreendedores sociais portugueses e brasileiros: percursos de vida e projetos de transformação». *Comunicação & Inovação* 15 (29): 95–105.
- Chaves, R., e J. L. Monzón. 2007. *La Economía Social en la Unión Europea*. Bruxelas: Comité Económico e Social Europeu.

- Coelho, Sandra Lima. 2008. «Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um Estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo». *IS Working Papers*, 29.
- Coelho, Sandra Lima. 2019. «E pudesse eu pagar de outra forma: o uso de uma moeda local como instrumento mobilizador de práticas de reciclagem e de dinamização do comércio local em Campolide». *Análise Social* 54(233): 760–81.
- Comissão Europeia. 2011. «Iniciativa de Empreendedorismo Social Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais». *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2011) 682 final*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0682&from=EN>.
- Comissão Europeia. 2015. *A map of social enterprises and their eco-systems in Europe: Synthesis Report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Comissão Europeia (2020) Social enterprises and their ecosystems in Europe. Comparative synthesis report. Autores: Carlo Borzaga, Giulia Galera, Barbara Franchini, Stefania Chiomento, Rocío Nogales and Chiara Carini. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em <https://europa.eu/!Qq64ny>.
- Costa, Joana, Ana C. Rodrigues, e Marisa R. Ferreira. 2020. «Organizational Culture in Social Economy Organizations». *Economics & Sociology* 13(3): 155–170. <https://doi.org/10.14254/2071-789X.2020/13-3/10>.
- Coutinho, Manuela. 2008. «Dinâmica do terceiro setor — um exercício de mediação». *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais* 5: 242–253.
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2008. «Social enterprise in Europe: Recent Trends and Developments». *Social Enterprise Journal* 4(3): 202–228.
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2013. «Social Co-Operatives: When Social Enterprises Meet the Co-Operative Tradition». *Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity* 2 (2): 11–33.
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2017. «Fundamentals for an International Typology of Social Enterprise Models». *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* 28 (6): 2469–97.
- Dias, Joana, e Maria Partidário. 2019. «Mind the Gap: The Potential Transformative Capacity of Social Innovation». *Sustainability* 11(16): 4465. <https://doi.org/10.3390/su11164465>.
- Diogo, Vera, e Paula Guerra. 2013. «A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat». *Sociologia* 25: 141–63.
- Eschweiler, Jennifer, e Lars Hulgård. 2018. «Channelling solidarity: inputs from third setor, social innovation and co-creation of public goods». SOLIDUS. European Commission. <https://solidush2020.eu/wp-content/uploads/2018/04/Deliverable-Report-5.2.pdf>.
- Estivaleta, Vania de Fátima Barros, Taís de Andrade, Vívian Flores Costa, e Lisiane Pellini Faller. 2016. «Preocupações com a sustentabilidade imbricadas na missão social das organizações: a percepção de empreendedores sociais do Brasil e de Portugal». *Revista de Administração da UFSM* 9: 8–24. <https://doi.org/10.5902/1983465921548>.
- Estivill, Jordi. 2009. «Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la Economía solidaria». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84: 101–13.
- Estivill, Jordi. 2017. «Os primórdios da economia social em Portugal: Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte)». *Sociologia* 33: 19–45.
- Farinho, Domingos Soares. 2013. «Direito administrativo fundacional — enquadramento dogmático: contributo para o estudo da influência do conceito normativo de interesse público sobre o espectro de administratividade do direito fundacional português». Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Farinho, Domingos Soares. 2018. «The Portuguese Social Impact Bond Pilot: Junior Code Academy». *Working Paper*. University of Lisbon School of Law.
- Felício, J. Augusto, Helena Martins Gonçalves, e Vítor Conceição Gonçalves. 2013. «Social value and organizational performance in non-profit social organizations: Social entrepreneurship, leadership, and socioeconomic context effects». *Journal of Business Research*, Strategic Thinking in Marketing, 66 (10): 2139–46.
- Fernandes, Tiago Pimenta. 2011. «Um novo regime para as fundações em Portugal». *Cooperativismo e economia social*, 34: 209–220.
- Ferreira, Augusta da Conceição Santos, Rui Pedro Figueiredo Marques, Carlos Santos, Graça Maria do Carmo Azevedo, e Helena Carla Antunes Mendes 2019. *Modernization and Accountability in the Social Economy Setor*. Hershey, PA: ISI Global.
- Ferreira, J. M. C. 2010. «O Papel do Cooperativismo no Desenvolvimento da Economia Social em Portugal». *Verve*, 2: 88–122.
- Ferreira, Sílvia. 2004. «O perfil de emprego do empresário social em Portugal». *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel9/Silvia_Ferreira.pdf.
- Ferreira, Sílvia. 2005. «O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal». *Oficina do CES*, 223, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Ferreira, Sílvia. 2009. «A invenção estratégica do terceiro setor como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84: 169–92.
- Ferreira, Sílvia. 2010. «Researching Civicness Contexts and Conditions: The Case of the Portuguese Welfare Mix in Social Services». Em *Civicness in the governance and delivery of social services*, editado por T. Brandsen, P. Dekker, e A. Evers, 227–248. Baden-Baden: Nomos.
- Ferreira, Sílvia. 2012. «Observando a indecidibilidade da participação do terceiro setor na governação em rede». *Revista crítica de ciências sociais* 97: 107–32.
- Ferreira, Sílvia. 2013. «Terceiro Setor e Estado-Providência em Portugal». Em *Os Portugueses e o Estado-Providência*, editado por Filipe Carreira da Silva, 161–96. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, Sílvia. 2015. «New Paths for Third-Setor Institutions in a Welfare State in Crisis: The Case of Portugal». *Nonprofit Policy Forum* 6 (2): 213–41.

- Ferreira, Sílvia. 2019. *Social enterprises and their ecosystems in Europe: Country report: Portugal*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Fialho, Joaquim, Carlos Silva, e José Saragoça. 2016. «Diagnóstico social no terceiro setor. Uma análise das dinâmicas e da ação estratégica das Misericórdias». Em *Atas do I Congresso Internacional de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo — Práticas de empreendedorismo e inovação social: perspectivas e estratégias*, 163–182. Coimbra: Programa de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo. <https://www.uc.pt/feuc/isie2016>.
- Figueiredo, Vítor, e Mário Franco. 2013. «How Strategic and Social Entrepreneurship can create sustainable economic and social value: a proposed model for the cooperative model». *Proceedings of the 8th European Conference on Innovation and Entrepreneurship*, Editado por Peter Teirlinck, Stijn Klechterans, Stijn e Filip Beule. Hogeschool-Universiteit Brussel.
- Figueiredo, Vítor, e Mário Franco. 2018. «Factors Influencing Cooperator Satisfaction: A Study Applied to Wine Cooperatives in Portugal». *Journal of Cleaner Production* 191: 15–25.
- Fonseca, Susana. 2015. *Governança nas organizações não lucrativas: o caso das misericórdias em Portugal*. Lamego: Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. <http://hdl.handle.net/10400.19/4191>.
- Fontes, Paulo Vitorino. 2019. «Mercado Social de Emprego na Região Autónoma dos Açores: análise da implementação de uma política pública». *Desenvolvimento e Sociedade* 4 (7): 59–69.
- Franco, Raquel Campos, S. Wojciech Sokolowski, Eileen MH Hairel, e Lester M. Salamon. 2005. *O Setor Não Lucrativo Português Numa Perspectiva Comparada*. Porto: Faculdade de Economia e Gestão Universidade Católica Portuguesa.
- Franqueira, Teresa, e Gonçalo Gomes. 2017. «Design for social innovation supported by social based technologies». Em *Distributed, Ambient, and Pervasive Interactions*, Editado por Norbert Streitz, Panos Markopoulos, 45–60. New York: Springer.
- Freire, João, Graça Carapinheiro, António Pedro Does, Maria Alexandre Lousada, e Maria de Lurdes Rodrigues. 2004. *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Freitas, Raquel. 2014. «Desintegração Local e Animação Territorial: lições de uma iniciativa da economia solidária», *CIES e-Working Paper* 192. <http://hdl.handle.net/10071/9889>.
- Garrido, Álvaro. 2016. *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*. Tinta da China Lisboa.
- Garrido, Álvaro, e David Pereira. 2018. *A economia social em movimento: uma história das organizações*. Tinta da China.
- Gata, Helena. 2010. «Para além do negócio: O papel das empresas sociais na criação de valor social». Em *Gestão de Organizações sem fins lucrativos: o desafio da inovação*, Editado por C. Azevedo, R. Franco, J. Meneses, 119–126. Lisboa: Vida Económica.
- Giorgi, Alberta, e Guya Accornero. 2018. «The Catholic Church and the crisis: the case of Portugal». *Journal of Contemporary Religion* 33(2): 261–76.
- Góes, António Oscar Santos. 2012. «New Business Opportunities in Social Entrepreneurship: A Case of Portugal». *International Review of Business and Social Sciences* 1 (4): 57–73.
- Gonçales, Rui Hermenegildo. 2014. «The New Portuguese Law on Private Foundations». Em *Developments in Foundation Law in Europe*, editado por Chiara Prele, 227–51. Dordrecht: Springer Netherlands.
- Guerra, Paula, Teresa Sá Marques, e Vera Diogo. 2010. «Social Innovation Dynamics: A Territorial Approach to 3rd Setor Initiatives in the North of Portugal», *CITTA 3rd Annual Conference on Planning*, Porto. <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/39389>.
- Guerra, Paula, e Mónica Santos. 2014. «Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do Terceiro Setor: algumas pistas de análise». *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXVIII: 145–166.
- Guerreiro, J. André, Hugo Pinto, Carla Nogueira, e Fábio Sampaio. 2020. «The Role of the State in Social Innovation: Promotion and Implementation Experiences in the Atlantic Area». European Association for Evolutionary Political Economy annual conference, Paris.
- Heckl, Eva e Ingrid Pecher, I. (2007) *Study on Practices and Policies in the Social Enterprise Setor in Europe. Final Report*, Vienna: Austrian Institute for SME Research.
- Henriques, José Manuel. 2009. «Inovação Social e Animação Territorial: Contributos da Iniciativa Comunitária Equal em Portugal». *Sociedade e Trabalho*, 37.
- Henriques, José Manuel. 2010. «Crise, Economia Social e Solidária e “Integração Económica” na Acção Contra a Pobreza». *Revista Economia Solidária* 2: 83–114.
- Hespanha, Pedro. 2009. «Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84: 49–63. <https://doi.org/10.4000/rccs.390>.
- Hespanha, Pedro. 2019. «Why is solidarity-type social enterprise invisible in Portugal?» Em *Theory of Social Enterprise and Pluralism: Social Movements, Solidarity Economy, and Global South*, editado por Philippe Eynaud, Jean-Louis Laville, Luciane Lucas dos Santos, Swati Banerjee, Flor Avelino e Lars Hulgård, 173–192. New York: Routledge.
- Hespanha, Pedro, Luciane Lucas dos Santos, Beatriz Caitana da Silva, e Eber Quiñonez. 2015. «Mapeando as iniciativas de Economia Solidária em Portugal: algumas considerações teóricas e práticas». Em *Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul*, 3:14. Coimbra.
- Hulgård, Lars, e Sílvia Ferreira. 2019. «Social Innovation and Public Policy». Em *Atlas of Social Innovation. A World of new Practices*, editado por J. Howaldt, C. Kaletka, A. Schröder, e M. Zirngiebl, 26–29. Dortmund: Sozialforschungsstelle, TU Dortmund Universit.
- IES/IPAV. 2015. *Mapa de Empreendedorismo e Inovação Social em Portugal — 1a fase*. Lisboa: Instituto e Empreendedorismo Social/ Instituto Padre António Vieira.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. 2006. «Conta Satélite das Instituições Sem Fim Lucrativo». Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 2013. *Conta Satélite da Economia Social 2010*. 1.a Lisboa: INE; CASES.

- INE, e CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. 2016. *Conta Satélite da Economia Social 2013*. 2.a Lisboa: INE; CASES.
- INE, e CASES. 2019. *Conta Satélite da Economia Social 2016*. 3.a Lisboa: INE; CASES.
- Isidoro, A., P. Dias, e S. Leal. 2015. «Os determinantes da eficácia organizacional numa organização de economia social: um Estudo de caso». *Revista da UIIPS*, 1: 19–38.
- Jesus, Maria Antónia, e Ana Lúcia Costa. 2013. «A accountability nas organizações sem fins lucrativos: o caso particular de algumas fundações em Portugal». *Tourism & Management Studies* 3, 995–1014. <http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=388743876023>.
- Le Conseil National de l'activité économique. 2007. «Les Entreprises Sociales d'Insertion par le Travail (ESIT) en Europe: Résultats d'une étude comparative réalisée par le Réseau EMES». https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/23.07_Etude_EMES_CNIAE.pdf.
- Leite, Daniela. 2012. «Projeto Marias — Reflexão e análise sobre os pressupostos de planeamento e avaliação». Em *Atas do 14º Workshop APDR "Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional"*, 144–157, Setúbal.
- Lima, Antónia, e Fernanda Oliveira. 2015. «O valor do tempo: dádiva e voluntariado em Portugal em tempos de crise». *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 2: 300–326.
- Lopes, Mónica. 2017. *Avaliação nas organizações do Terceiro Setor: Contextos, discursos e práticas*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Macedo, Isabel Maria, e José Carlos Pinho. 2006. «The relationship between resource dependence and market orientation — The specific case of non profit organisations». *European Journal of Marketing* 40 (5/6): 533–553.
- Macedo, Isabel Maria, José Carlos Pinho, e Anabela Martins Silva. 2016. «Revisiting the link between mission statements and organizational performance in the non-profit sector: The mediating effect of organizational commitment». *European Management Journal* 34(1): 36–46.
- Macías Ruano, Antonio José, José Ramos Pires Manso, Jaime de Pablo Valenciano, e María Esther Marruecos Rumí. 2020. «The Misericórdias as Social Economy Entities in Portugal and Spain». *Religions* 11(4):200: 1–24.
- Manuel, Paul Christopher. 2013. «The Catholic Question in Contemporary Portuguese Civil Society: A Case of Muted Vibrancy?». *CES Papers* 14: 1–16. <http://aei.pitt.edu/67199>.
- Manuel, Paul Christopher, e Miguel Glatzer. 2019. «The State, Religious Institutions, and Welfare Delivery: The Case of Portugal». Em *Faith-Based Organizations and Social Welfare: Associational Life and Religion in Contemporary Western Europe*, editado por Paul Christopher Manuel e Miguel Glatzer, 103–133. Palgrave Studies in Religion, Politics, and Policy. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Marie, Pierre. 2017. «Revolução dos Cravos e educação popular. As associações de educação popular em Portugal (1974–1986)». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17: 371–396.
- Marie, Pierre. 2019. «A Economia Social: do processo revolucionário à Lei de Bases». *Análise Associativa*, 6: 58–67.
- Marques, Ana Paula, Telmo Caria e Margarida Silva. 2013. «Trajectórias de profissionalização das Ciências Sociais e Humanas no Terceiro Setor: contextos, práticas e percepções». Em *Trabalho, organizações e profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos*, Organizado por Ana Paula Marques, Carlos Manuel Gonçalves e Luísa Veloso, 395–417. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Marques, Maria da Conceição da Costa, e Vanda Maria Vilarinho Maciel. 2012. «The accounting of non-profit organizations in Portugal: the case of private institutions of social solidarity (IPSS)». *Problems of management in the 21st century* 5: 72–82. <https://doi.org/10.33225/pmc/12.05.72>.
- Martinho, Ana Luísa. 2016. «A Cooperação Entre o Estado e as Organizações do Setor Social e Solidário». *Cooperativismo e Economía Social*, 120: 335–343.
- Martinho, Ana Luísa, e Cristina Parente. 2015. «Which “Place and Non-Place” Do Women Occupy in Social Economy Organisations?». *5th International CIRIEC Research Conference on Social Economy*. Porto: Universidade do Porto.
- Martins, Tânia, Alexandra Braga, Vítor Braga, e Marisa R. Ferreira. 2020. «The social innovation Momentum: a qualitative analysis of governance and funding processes». *International Review on Public & Non Profit Marketing* 17(1): 97–120.
- Megre, Rita, Miguel Alves Martins, e João Cotter Salvado. 2012. «ES+ methodology: Mapping social entrepreneurship». *ACRN Journal of Entrepreneurship Perspectives* 1(1): 97–110.
- Meira, Deolinda Aparício. 2010. «As insuficiências do regime legal do capital social e das reservas na cooperativa». Em *I Congresso de Direito das Sociedades em Revista*. Organizado por Rui Pinto Duarte, Pedro Pais de Vasconcelos e Jorge Manuel Coutinho de Abreu, 129–155. Coimbra: Almedina.
- Meira, Deolinda Aparício. 2011a. «A economia social e o mercado: o caso das “farmácias sociais”: anotação ao acórdão do Tribunal Constitucional n.º 612/2012, de 13 de dezembro de 2011». *Cooperativismo e Economía social*, 34: 243–54.
- Meira, Deolinda Aparício. 2011b. «A norma contabilística de relato financeiro no 27 (NCRF 27) e as cooperativas: Uma análise jurídica». *Cooperativismo e economía social*, 34: 305–326.
- Meira, Deolinda Aparício. 2013. «A Relevância do Cooperador na Governação das Cooperativas». *Cooperativismo e economía social*, 35:9-35.
- Meira, Deolinda Aparício. 2015. «O regime da distribuição de resultados nas cooperativas de crédito em Portugal. Uma análise crítica». *Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo* 49: 83–113. <https://doi.org/10.18543/baidc-49-2015pp83-113>.
- Meira, Deolinda Aparício. 2016. «O que mudou no regime económico das cooperativas?». RCEJ — *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas* 27: 37–50.
- Meira, Deolinda Aparício. 2018. «A societarização do órgão de administração das cooperativas e a necessária profissionalização da gestão». *CIRIEC-España, Revista jurídica de economía social y cooperativa* 25: 159–194.

- Meira, Deolinda Aparício. 2020. «O fim mutualístico desinteressado ou altruísta das cooperativas de solidariedade social». *CIRIEC-España, revista jurídica de economía social y cooperativa* 36: 221–47.
- Meira, Deolinda Aparício, Ana Luísa Martinho, e Conceição Castro. 2020. «(Des)igualdade de género nos órgãos das cooperativas portuguesas: uma análise exploratória». *Gestão e Sociedade* 14(38): 3526–3544.
- Meira, Deolinda Aparício, André Almeida Martins, e Tiago Pimenta Fernandes. 2017. «Regime jurídico das cooperativas de trabalho em Portugal: Estado da arte e linhas de reforma». *Revista jurídica de economía social y cooperativa*, 30: 199–228.
- Meira, Deolinda Aparício, e Maria Elisabete Ramos. 2014. *Governança e Regime Económico das Cooperativas*. Vida Económica Editorial.
- Meira, Deolinda Aparício, e Maria Elisabete Gomes Ramos. 2015. «Os princípios cooperativos no contexto da reforma do código cooperativo português». *CIRIEC-España. Revista jurídica de economía social y cooperativa* 27: 401–427.
- Melão, Nuno Filipe, Sara Maria Guia, e Marlene Amorim. 2017. «Quality Management and Excellence in the third setor: examining European Quality in Social Services (EQUASS) in non-profit social services». *Total Quality Management & Business Excellence* 28(7–8): 840–857.
- Melro, Ana, e Lúcia Oliveira. 2017. «Ambientes Coletivos de Aprendizagem em Contexto de Inovação e Empreendedorismo Social». *Proceedings of the 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies*, 542–545.
- Mendes, Américo Carvalho. 2011. «Organizações de Economia Social: o que as distingue e como podem ser sustentáveis». *Fluxos & Riscos* 2: 29–53.
- Miragaia, Dina A. M., João Ferreira, e Vanessa Ratten. 2017. «Corporate Social Responsibility and Social Entrepreneurship: Drivers of Sports Sponsorship Policy». *International Journal of Sport Policy and Politics* 9(4): 613–623.
- Monteiro, Alcides. 2014. «The Active Role of Community-Based Organizations in the Local Redefinition of National Policies». *Revista de Cercetare Şi Intervenţie Socială*, 46: 203–215.
- Monteiro, Alcides. 2019. «What is Social Innovation? Conceptual Malleability and Practical Implications». *Dados — Revista de Ciências Sociais* 62(3): 1–34.
- Monteiro, Natália, e Geoff Stewart. 2015. «Scale, scope and survival: a comparison of cooperative and capitalist modes of production». *Review of Industrial Organization* 47(1): 91–118.
- Monteiro, Sílvia, Rosa Isusi-Fagoaga, Leandro Almeida, e Adela García-Aracil. 2021. «Contribution of higher education institutions to social innovation: practices in two southern European universities». *Sustainability* 13(7): 3594.
- Monzón, José Louis, e Rafael Chaves. 2012. *The Social Economy in the European Union*. Bruxelas: European Economic and Social Committee.
- Monzón, José Louis, e Rafael Chaves. 2017. *Recent evolutions of the Social Economy in the European Union*. Bruxelas: European Economic and Social Committee.
- Morais, Ana Sara. 2011. «A produção de mel, um contributo para o desenvolvimento local das zonas serranas do Algarve — “Terra do Mel”». *ACEESA, Finanças Alternativas, Moeda e Economia Solidária*, 111–20.
- Mourão, Paulo, e Cristiana Enes. 2017. «Costs and Economies of Scale at Not-for-Profit Organizations: The Case of the Santa Casa Da Misericórdia de Barcelos Between 2002 and 2015». *Social Indicators Research* 132(2): 821–840.
- Mourão, Paulo, Teresa Pereira, e Maria Cristina Moreira. 2017. «The importance of new forms of capital in nonprofit organizations: A case study of the Fafe delegation of the Portuguese Red Cross». *International Journal of Social Economics* 44(7): 846–868.
- Namorado, Rui. 2004. «A economia social — Uma constelação de esperanças». *Oficina do CES* 213. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Namorado, Rui. 2005. «Cooperativismo — um horizonte possível». *Oficina do CES* 229. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Namorado, Rui. 2006. «Os quadros jurídicos da economia social — uma introdução ao caso português». *Oficina do CES* 251. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Namorado, Rui. 2007a. «Renovar os quadros jurídicos da economia social?». *Oficina do CES* 293. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Namorado, Rui. 2007b. «Cooperativismo — história e horizontes». *Oficina do CES* 278. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Neto, Paulo, Anabela Santos, e Maria Manuel Serrano. 2014. «Public policies supporting local networks for entrepreneurship and innovation: effectiveness and added value analysis of LEADER program in the Alentejo region of Portugal». *International Journal of Entrepreneurship and Small Business* 21(3): 406–435.
- Nicolau, Isabel, e Ana Simaens. 2010. «The Evaluation of Social Solidarity Organizations in the Portuguese Context». Em *The Worth of the Social Economy: An international perspective* (2). Editado por Marie J. Bouchard, 193–212. Bruxelas: Peter Lang.
- Nogueira, Carla, Hugo Pinto, e Fábio Sampaio. 2017. «Social innovation and Smart Specialisation: Challenges and Opportunities for Atlantic Regions». *European Public & Social Innovation Review* 2(2): 42–56.
- Novikova, Marina. 2018. «Social Innovation: The Role and the Impact on Regional Development in Portugal». Em *European Conference on Innovation and Entrepreneurship, 968–XVII*. Academic Conferences International Limited.
- Nunes, Francisco, Luís Reto, e Miguel Carneiro. 2001. *O Terceiro Setor em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades*. Lisboa: INSCOOP.
- Nunes, Tatiana Filipa Gomes, e César Humberto Pimentel Neto. 2017. «A “comunicação” no terceiro setor em Portugal: entre o desconhecimento e a incompreensão». Em *Vozes plurais: a comunicação das organizações da sociedade civil*, organizado por Carla Cequeira e Sónia Lamy, 19–36.
- Oudeniotis, Nectarios, e George Tsobanoglou. 2020. «Social financing as a driver for sustainable local development in EU Mediterranean countries. Spain, Portugal, and Greece in perspective». *Review of Applied Socio-Economic Research* 20(2): 26–40.
- Pacheco, Anderson Sasaki Vasques. 2016. «Inovação social em organizações da economia solidária: as experiências de Brasil e Portugal». *Doutoramento em Sociologia Económica das Organizações*.

- Paço, Arminda, Luís Rodrigues, e Ricardo Rodrigues. 2015. «Brand Image and Awareness in the Third Setor and Their Influence on the Intention to Donate». *Brazilian Business Review* 12(5): 97–117.
- Paiva, Flávio. 1997. «CERCIS — Cooperativas de solidariedade social». Em *As instituições não-lucrativas e a ação social em Portugal*, Carlos Pestana Barros e José C. Gomes Santos (orgs.), 139–158. Lisboa: Vulgata.
- Paiva, Júlio. 2006. *Pobreza, exclusão, desemprego e as Empresas de Inserção em Portugal: a perspectiva dos promotores e dos beneficiários*. Porto: REAPN Portugal.
- Paiva, Júlio, Liliana Pinto, Alcides Almeida Monteiro, e Nuno Miguel Cavaca Augusto. 2015. *Empregabilidade na Economia Social: o papel das políticas ativas de emprego*. EAPN.
- Paizinho, C., e M. de F. Ferreira. 2017. «Práticas de economia solidária em iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa. Os casos do Vale de Chelas, da Alta de Lisboa e da Horta do Baldio». Em *I Colóquio Nacional de Horticultura Social e Terapêutica*. Editado por Associação Portuguesa de Horticultura, 53–61.
- Parente, Cristina. 2012. «Qualified employment in the third setor in Portugal». *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* 23(1): 257–276.
- Parente, Cristina (ed.). 2014. *Empreendedorismo social em Portugal*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Parente, Cristina, Daniel Costa, Mónica Santos, e Rosário Rito Chaves. 2011. «Empreendedorismo Social: contributos teóricos para a sua definição» Em *Empreendedorismo social em Portugal*, 268–282, editado por Cristina Parente, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Lisboa.
- Parente, Cristina, Alexandra Lopes, e Vanessa Marcos. 2014. «Social Entrepreneurship Profiles: Lessons from Organizational and Management Dynamics». *Journal of Social Entrepreneurship* 5(1): 22–41.
- Parente, Cristina, e Celso Alves Pais. 2015. «Representations of team work among organizations with a social entrepreneurship profile: A multiple case-study». *Team Performance Management: An International Journal* 21(1/2): 65–84.
- Parente, Cristina, e Carlota Quintão. 2014. «Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social». Em *Empreendedorismo Social em Portugal*, editado por Cristina Parente, 11–70. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Parente, Cristina, Mónica Santos, Vanessa Marcos, Daniel Costa, e Luísa Veloso. 2012. «Perspectives of social entrepreneurship in Portugal: Comparison and contrast with international theoretical approaches». *International Review of Social Research* 2(2): 103–24.
- Pato, Lúcia. 2020. «Entrepreneurship and Innovation Towards Rural Development Evidence from a Peripheral Area in Portugal». *European Countryside* 12(2): 209–220.
- Peñalver, Juan Antonio Briones, Maria Paula Lopes Castela, e Fernando Cardoso de Sousa. 2012. «La economía social ibérica: el caso de las santas casas de la misericordia de Portugal como instituciones particulares de solidaridad social». *REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos* 107, 35–57.
- Pereira, Fernando. 2008. «Associativismo e cooperativismo agrário em Trás-os-Montes e Alto-Douro». *Revista Ruris*, 2(1): 39–72.
- Pereira, Gabriela Moreira. 2002. «The Portuguese Misericórdias: General Characterisation and Some Insights Into Non-profit Governance». Em *Fifth International Conference of the International Society for Third-Setor Research (ISTR)*, 1–22. Departamento de Economia, Universidade de Évora.
- Pereira, Helder. 2012. *Associativismo e capital social: perfil sociológico dos dirigentes das cooperativas de consumo em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Perista, Heloísa. 2001. «Co-operatives for rehabilitation of people with disabilities». Em *The Emergence of Social Enterprise*, editado por Carlo Borzaga e Jacques Defourny, 192–202. London: Routledge.
- Perista, Heloísa, e Susana Nogueira. 2002. «National Profiles of Work Integration Social Enterprises: Portugal». *EMES European Research Network Working Papers Series* (2): 20.
- Perista, Heloísa, e Susana Nogueira. 2004. «Work Integration Social Enterprises in Portugal». *EMES European Research Network Working Paper Series* (4): 27.
- Perista, Heloísa, e Susana Nogueira. 2006. «Work Integration Social Enterprises in Portugal: A Toll for Work Integration?» Em *Social Enterprise: At the Crossroads of Market, Public Policies and Civil Society*, editado por Marthe Nyssens, 195–205. London: Routledge.
- Pinheiro, Paula, Ana Daniel, e António Moreira. 2021. «Social Enterprise Performance: The Role of Market and Social Entrepreneurship Orientations». *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* 32(1): 45–60.
- Pinto, Hugo, Carla Nogueira, J. André Guerreiro, e Fábio Sampaio. 2021. «Social Innovation and the Role of the State: Learning from the Portuguese Experience on Multi-Level Interactions». *World* 2(1): 62–80.
- Pires, Sónia. 2004. «O terceiro setor imigrante e as associações dos imigrantes do Leste Europeu em Portugal: estruturação de um novo espaço de cidadania?» *Oficina do CES* 204, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Pitacas, José Alberto, e Jorge de Sá. 2019. «A economia social em Portugal». *Anuário de la Economía Social en Iberoamérica*, 3: 133.
- Portela, José. 2009. «A economia ou é solidária ou é fratricida». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84: 115–152.
- Portela, José, Pedro Hespanha, Cláudia Nogueira, Mário Sérgio Teixeira, e Alberto Baptista. 2008. *Microempreendedorismo em Portugal — Experiências e perspectivas*. Porto: Greca.
- Quintão, Carlota. 2008. «Dez anos de Empresas de Inserção em Portugal — Revisão dos Dados Oficiais e de Estudos Recentes». Em *Actas do VI Congresso de Sociologia 723*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Quintão, Carlota, Ana Luísa Martinho, e Mafalda Gomes. 2018. «As empresas sociais de inserção na promoção do emprego e inclusão social a partir de estudos de caso europeus». *Gestão e Sociedade* 12(32): 2374–2391.
- Quintão, Carlota, Cristina Parente, Rui Martins, e Susana Almeida. 2017. «A inserção social pelo trabalho: o caso da empresa de floricultura da Dianova Portugal». *Actas Portuguesas de Horticultura* 27: 112–115.

- Ramos, Maria da Conceição Pereira. 2011. «Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social». *Laboreal* VII(1): 81–104.
- Ramos, Maria da Conceição Pereira. 2013. «Solidariedade, inovação social e empreendedorismo no desenvolvimento local». *The Overarching Issues of the European Space*, 313–342. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ramos, Maria Elisabete Gomes. 2010. «Da responsabilidade dos dirigentes e gestores das cooperativas — uma introdução». *Cooperativismo e economia social* 32: 50–51. Universidade de Vigo.
- Ramos, Paulo Fernando Simões. 2014. «Perspectiva administrativa da mudança de paradigma do estado social a partir das relações entre instituições particulares de solidariedade social e a administração». *e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público* 1(1): 294–306.
- Rebello, João, e José Caldas. 2015. «The Economic Role of the Portuguese Agricultural Cooperatives». *Revista de Economia e Sociologia Rural* 53: 91–102.
- Rego, Raquel. 2010. «Vendendo virtude? Contributo para a reflexão sobre a gestão democrática das organizações sem fins lucrativos». Em *3.º WI Próximo Futuro - Gestão das Organizações Culturais e Sociais*, 11. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rosendo, Vasco. 1996. *O mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*. Lisboa: Multinova.
- Sá, Jorge. 2010. «Formação profissional e Cooperativismo em Portugal». *Cuadernos de Desarrollo Rural* 7(65): 147–171.
- Sá, Jorge. 2012. «Las prácticas de gestión de marketing en las cooperativas portuguesas». *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa* 76: 199–227.
- Salamon, Lester M., S. Wojciech Sokolowski, Megan Haddock, e Helen Stone Tice. 2012. «Portugal's Nonprofit Sector in Comparative Context». Johns Hopkins Center for Civil Society Studies/Instituto Nacional de Estatística.
- Santana, Maria José, e Neuza Pereira Campos. 2013. *Código de Governo de Entidades do Terceiro Setor*. Porto: Impulso Positivo.
- Santos, Elisabeth, Fátima Veiga, Paula Cruz, Mónica Lopes, e Sílvia Ferreira. 2016. *O impacto social e institucional da crise económica e financeira nas Organizações do Terceiro Setor*. Porto: EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Santos, José de Freitas, e Susana Bernardino. 2014. «O papel da formação, experiência profissional e perceção de viabilidade da iniciativa no empreendedorismo social em Portugal». Em *Actas de la 4ª Conferencia Ibérica de Emprendimiento*. Pontevedra, España.
- Santos, Luciane Lucas dos, e Beatriz Caitana da Silva. 2014. «Mercados de trocas e moedas sociais em Portugal continental: os desafios de uma cultura de emancipação social». *Otra Economía* 8(15): 210–229.
- Santos, Mónica, e Paula Guerra. 2012. «O Empreendedorismo Social em Portugal na Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social: Uma Ilustração». Em *Sociedade, crise e reconfigurações: atas do VII congresso português de sociologia*, 19–22. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Santos, Paula Marques dos. 2019. «Strategic Management and Social Economy Organizations — a method proposal to analyse its impact». Em *4th Regional Helix Conference*, Instituto Politécnico do Porto.
- Sequeira, Teresa, e Francisco Diniz. 2013. «Impacto do investimento em áreas rurais: para além do betão, a emergência do terceiro setor (Portugal)». *Cuadernos de Desarrollo Rural* 10(71): 145–165. <http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v10n71/v10n71a08.pdf>.
- Serapioni, M., S. Ferreira, e T. Lima. 2013. *Voluntariado em Portugal: Contextos, Atores e Práticas*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida. <http://hdl.handle.net/10316/44013>.
- Serra-Simões, Dulce. 2019. «Direção Técnica de Instituições de Solidariedade Social, Áreas De Atuação e Perceção de Competências. Um Estudo na Região Centro de Portugal.» *Trabajo Social Global — Global Social Work* 9(16): 69–86.
- Silva, Beatriz Caitana da, e Sílvia Ferreira. 2015. «Tecnologias Sociais no Modelo de Extensão Universitária em Portugal: A Emergência das Incubadoras Sociais». Em *Ensaios de Direito e de Sociologia A Partir do Brasil e de Portugal*, editado por Gisela Maria Bester, Hermes Costa, Gloriete Marques Alves Hilário, 385–407. Curitiba: Instituto Memória.
- Silva, Helena, Marlene Amorim, e Marta Ferreira Dias. 2015. «Education and Training Needs of Social Entrepreneurs». Em *Ciem2015 — 5ª Conferência Ibérica de Empreendedorismo*, editado por Maria do Rosário Almeida, Carolina Rodrigues e Mário Carrilho Negas, 43–49. Oeiras: Associação Portuguesa para o Empreendedorismo.
- Silva, Karin da Vieira da, e Anderson Sasaki Vasques Pacheco. 2018. «Gestão social e inovação social organizacional: convergências e divergências teóricas». *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração* 12(2): 88–101.
- Simões, José, Boguslawa Sardinha, e Luísa Margarida Cagica Carvalho. 2005. «Theoretical Model for Identify Social: The Housing Co-Operatives in Setúbal Case Study». Em *Proceedings of the 25th Conference PODIM*.
- Soares, Cândida, José António Sousa Fialho, Fernando Chau, João Gageiro, e Helena Pestana. 2012. «A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Fator de Inclusão Social». POAT/FSE: Gerir, Conhecer e Intervir.
- Sousa, Maria Teresa de, e Ilona Kovács. 2014. «A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda». *Sociologia* 27: 89–109.
- Sousa, Sónia, e Margarida Oliveira. 2012. *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. Lisboa: IPI-Consulting Network Portugal.
- Spear, Roger, e Eric Bidet. 2005. «Social Enterprise for Work Integration in 12 European Countries: A Descriptive Analysis». *Annals of Public and Cooperative Economics* 76(2): 195–231.
- Stephan, Ute. 2017. «Social Enterprises, Social Inclusion and Positive Social Change». *European Policy Brief*, SEFORIS.
- Teles, Filipe. 2013. «Local Co-Governance: An Exploratory Study on the Third Setor's Artificial Autonomy». *Hrvatska i komparativna javna uprava: časopis za teoriju i praksu javne uprave* 13(3): 783–802.
- Travaglini, Claudio, Federica Bandini, e Kristian Mancione. 2010. «Social Enterprise in Europe: Governance Models. An analysis of governance models in social enterprises through a comparative study of the legislation of eleven countries». *AICCON Working Papers* 75, Associazione Italiana per la Cultura della Cooperazione e del Non Profit.

- Valadas, Carla. 2016. «PESSIS 3 “Promoting Employers’ Social Services Organisations in Social Dialogue” – Country-Case Study: Portugal». European Commission.
- Vale, Ana. 2010. «Um novo paradigma para a intervenção social». Em *Para uma Nova Intervenção Social*, editado por Ana Vale, José Manuel Henriques e Maria do Carmo Nunes. Lisboa: Gabinete de Gestão EQUAL. https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/02/44_SEPARATA_EQUAL.pdf.
- Viegas, José Manuel Leite. 2004. «Implicações democráticas das Associações Voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46: 33–50.
- Vieira, Naldeir dos Santos, Allan Claudius Queiroz Barbosa, Cristina Parente, e Daniel Paulino Teixeira Lopes. 2017. «Contribution to Social Innovation Theory and Practice: Lessons from a Portuguese Association». *Administração Pública e Gestão Social*, 10(1): 12–21.
- Vieira, Naldeir dos Santos, Cristina Parente, e Allan Claudius Queiroz Barbosa. 2017. «“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social». *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas*, 100–121.
- Vilaça, Helena. 1994. «As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social». *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 4(1): 9–96.
- Yunus, Muhammad. 2011. *A Empresa Social—A nova dimensão do capitalismo para fazer face às necessidades mais prementes da Humanidade*. Lisboa: Presença.